



Boas Festas

ESTADO DA EDUCAÇÃO 2018

Crescimento da rede de creches ainda é insuficiente para as necessidades

ASSEMBLEIA GERAL DA CNIS

Aprovados Programa de Ação e Orçamento 2020



MARVÃO
A Anta é o grande e único apoio à população da freguesia da Beirã



GUARDA
Em três décadas de vida a ADM Estrela expandiu-se até Lisboa



CAMINHA
Patronato Bonança usa «Eco Sacolas» para mudar hábitos e consciências

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Equipa da CNIS esteve a «Refletir, Construir e Partilhar» com as IPSS insulares

No âmbito do previsto no Programa de Ação 2019, uma equipa da CNIS, em estreita colaboração com a União das Instituições Particulares de Solidariedade Social (UIPSS) da Madeira, promoveu a terceira edição da ação «Refletir, Construir, Partilhar – projeto de reflexão sobre temas determinantes para o exercício da missão das IPSS».

A comitiva da CNIS, que esteve na Madeira nos dias 25 e 26 de novembro, começou por ter uma reunião com a Direção da UIPSS Madeira, onde foi possível refletir sobre o estado da Cooperação na Região Autónoma da Madeira (RAM), apreender as particularidades do seu funcionamento e as dificuldades sentidas pelas instituições insulares.

Nas instalações da Escola da Associação Promotora do Ensino Livre (APEL), no Funchal, com a participação de cerca de 50 representantes de instituições madeirenses, realizou-se uma sessão de trabalho subordinada ao tema «Identidade, Autonomia e Sustentabilidade das IPSS», com o objetivo de refletir acerca da importância desta trilogia para o exercício da missão das instituições

sociais.

Sendo objetivo desta deslocação conhecer a realidade da Cooperação na RAM e promover a articulação interinstitucional no Sector Social e Solidário, uma comitiva da CNIS e da UIPSS Madeira foi recebida pela secretária Regional de Inclusão Social e Cidadania, Augusta Aguiar, tendo sido partilhadas por estas entidades as preocupações e desafios sentidos ao nível da Cooperação, saindo reforçada a promessa de um trabalho em rede.

Com intuito de sentir de perto o trabalho desenvolvido pelas instituições, foram ainda realizadas visitas a duas associadas, a Santa Casa da Misericórdia do Funchal e a Fundação de Nossa Senhora da Conceição do Funchal.

A equipa da CNIS era constituída pelo vogal



da Direção da CNIS, padre José Baptista, pela assessora da Direção para a área da Cooperação, Filomena Bordalo, e ainda por Mafalda Jesus, do Departamento Técnico.

Os Órgãos Sociais, assessores e colaboradores da CNIS estiveram presentes no Almoço de Natal que este ano teve lugar na APPACDM de Castelo Branco, no passado dia 2 de dezembro.



BANCOS ALIMENTARES CONTRA A FOME

Recolhidas mais de duas mil toneladas de alimentos

Os Bancos Alimentares Contra a Fome recolheram no fim-de-semana passado mais de 2.100 toneladas de géneros alimentares, na campanha realizada em 2.000 superfícies comerciais de 21 regiões do país. Prosseguem ainda até 8 de dezembro, a campanha “Ajuda Vale”, nos supermercados, e a campanha online www.alimentestaideia.pt

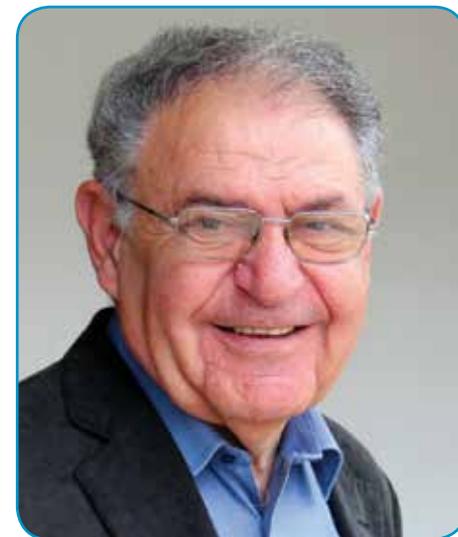
40 mil voluntários dos 21 Bancos Alimentares (Abrantes, Algarve, Aveiro, Beja,

Braga, Castelo Branco, Coimbra, Cova da Beira, Évora, Leiria-Fátima, Lisboa, Madeira Oeste, Portalegre, Porto, Santarém, Setúbal, S. Miguel, Terceira, Viana do Castelo e Viseu) convidaram, durante o fim-de-semana, os portugueses a partilhar os bens alimentares que compram para as suas casas.

Os portugueses aceitaram uma vez mais o convite dos Bancos Alimentares e aderiram a uma rede social real, partilhando alimentos

com pessoas carenciadas da sua região. A confiança reiterada nos Bancos Alimentares ficou patente na generosidade das contribuições. Os géneros alimentares recolhidos serão distribuídos, a partir da próxima semana, a 2.400 Instituições de Solidariedade Social, que os entregam a cerca de 380 mil pessoas com carências alimentares comprovadas, sob a forma de cabazes ou de refeições confeccionadas.

Padre Lino Maia
Presidente da CNIS



Risco de pobreza

1. Realizado em 2019 sobre os rendimentos do ano anterior, o “Inquérito às Condições de Vida e Rendimento” indica que 17,2% das pessoas estavam em risco de pobreza em 2018. Menos 0,1 ponto percentual que no ano anterior.

Segundo o mesmo Inquérito, embora diminuindo (pouco) o risco de pobreza em Portugal, contudo sobe (bastante) entre quem trabalha: a taxa de risco de pobreza para quem trabalha passou dos 9,7% para 10,8% em 2018 e nos desempregados passou de 45,7% para 47,5%, descendo, porém, nos reformados de 15,7 para 15,2.

Apesar de alguma redução do risco de pobreza infantil, em 2018 a presença das crianças num agregado familiar continuava a estar associada a um risco de pobreza acrescido, sobretudo no caso dos agregados constituídos por um adulto com pelo menos uma criança dependente (33,9%) e naqueles constituídos por dois adultos com três ou mais crianças dependentes (30,2%).

De acordo com o indicador que conjuga as condições de risco de pobreza, de privação material severa e de intensidade laboral per capita muito reduzida, 2 215 milhares de pessoas encontravam-se em risco de pobreza ou exclusão social em 2019. A taxa de pobreza ou exclusão social é de 21,6%, idêntica à registada no ano anterior.

Com um Estado Social em funcionamento e uma sociedade em ação, todavia, há um elevado número de pessoas que não são completamente autónomas para satisfazer as suas necessidades diárias e que depende de múltiplas ajudas para viver.

Uma conclusão parece óbvia: se os apoios sociais atenuam os sofrimentos da pobreza, porém, sobretudo a pobreza hereditária, parece persistir e estar aí para perdurar através das gerações...

2. “A pobreza é injusta e manifestação de outras injustiças”.

Encarando a pobreza “como um fenómeno de complexas causas e de abordagem transversal”, o Presidente da República tem vindo a assumir o apoio aos sem-abrigo (uma expressão da pobreza, não a única) e o combate à pobreza como um desígnio nacional, que supõe não só uma “estratégia” como a conjugação de “meios públicos e privados”. E, inspirando cidadãos para a causa de um Portugal mais justo e coeso, reconhece que este combate para ser eficaz,

também tem de ser “feito caso a caso, pessoa a pessoa”.

Por sua vez, numa leitura programática dos números da chaga da pobreza e do respetivo combate que se impõe, o Primeiro Ministro tem vindo a apontar como “prioridades” da Legislatura a erradicação da pobreza no trabalho, a erradicação da pobreza entre os idosos e – “a mais importante” – a erradicação da pobreza nas crianças, “de forma a prevenir a reprodução de uma nova geração de pobreza através das crianças e dos jovens”.

Louve-se.

Toda a espécie de apoios é importante, como importantes são os apoios aos idosos, aos sem-abrigo, à política de natalidade e de rendimentos do trabalho. Provavelmente, porém, insuficientes para a eficaz e definitiva erradicação da pobreza.

3. Numa declaração recente, o Papa Francisco disse que não se pode ajudar à distância quem é pobre e que é necessária a aproximação, o “tocar as chagas” de forma a reconhecer a vulnerabilidade também de quem se ajuda.

Talvez isso deva merecer alguma atenção porque por aí poderá estar um bom caminho a percorrer.

Há uma pobreza herdada, persistente e transmissível. É a pobreza dos que nela nasceram, com ela convivem durante toda a sua

vida, a doam aos seus vindouros e no seu seio certamente morrerão.

Os números da pobreza podem descer umas décimas aqui ou ali. Porém, ela mantém-se por aí serenamente. Múltiplos apoios fazem diminuir as suas dores; mas são insuficientes porque não atingem definitivamente as suas causas. Também as Instituições de Solidariedade, quase todas surgidas para curar alguns desses sofrimentos, são impotentes na sua eficaz e definitiva eliminação.

É nessa chaga de dor que é preciso concentrar os olhares.

É uma pobreza que carece de apoios sociais mas que também não dispensa uma aposta séria na educação.

A via da complementaridade social com educação é a arma de uma geração.

Quando um Partido insiste em dotar o País de creches para todos pode estar a apontar um bom caminho a percorrer. Se idealizar creches para todos num processo educativo proposto à nascença.

Exatamente para todos, sobretudo para aqueles que nascem no seio de uma pobreza congénita, porque provavelmente é por aí que encontrarão a via para dela se emanciparem.

É chamando a sociedade ao seu envolvimento. Contando necessariamente com as Instituições de Solidariedade. Acenando o apoio das autarquias. Exigindo o compromisso do Estado.



ASSEMBLEIA GERAL DA CNIS

Atualização da cooperação tem que estar em linha com a do salário mínimo

Reunida em Assembleia Geral, em Fátima, no passado dia 23 de novembro, a CNIS aprovou o Programa de Ação e o Orçamento para 2020 [ver caixa] apresentados pela Direção numa votação que não registou votos contra. O novo ano afigura-se desafiante, com mais e novos constrangimentos para as IPSS, mas a Direção afirmou-se disposta a lutar em sua defesa. Para já, é firme intenção de defender uma atualização da comparticipação pública em linha com a do salário mínimo que será de 5,84%.

Numa das mais participadas, em termos de intervenções, assembleias gerais da CNIS dos últimos anos, o Programa de Ação foi aprovado por 136 votos a favor e duas abstenções, ao passo que o Orçamento 2020, após parecer favorável do Conselho Fiscal, recebeu o voto favorável de 137 instituições e duas abstenções.

A nortear o Programa de Ação da CNIS para o próximo ano está “a convicção de que o ano de 2020 será certamente um ano desafiante para a afirmação do sector social solidário e o desejo que essa afirmação seja mais reconhecida e mais valorizada”, como começou por dizer Eleutério Alves, citando o presidente da CNIS na sua mensagem introdutória do documento.

O «vice» do padre Lino Maia, antes de enumerar algumas das iniciativas previstas para o ano que está prestes a entrar, explanou algumas das prioridades da CNIS, referindo que “será com este enquadramento de desafio e afirmação que a missão de todos se irá cumprir ao longo do ano”.

Eleutério Alves lembrou que “o ano de 2020 inicia um novo tempo político”, com novos protagonistas o que “vai obrigar a um novo ciclo de conversações, diálogo, de negociações”, deixando um alerta: “Vamos acreditar que neste novo tempo, o respeito e o reconhecimento político que vimos registando se mantenha, mas teremos de estar mais atentos e ser mais exigentes no reconhecimento e no respeito dos serviços e departamentos do Estado, porque, como também temos registado e sentido, não tem sido coerente nem acompanhado o pensamento político e em nada tem contribuído para o clima de confiança que se exige entre os parceiros na missão de garantir a paz e bem-estar social dos cidadãos e famílias”.

Perante este cenário, e sabendo-se o histórico recente, o vice-presidente afirmou que “a desconfiança destrói as relações pessoais e institucionais, conduz ao fracasso e tem legitimado e sustentado as ações de fiscalização muitas das vezes ilegítimas, desproporcionadas, sem sentido, com o único objetivo de controlar e mostrar quem manda no sector”, asseverando que “mais do que fiscalizadas, perseguidas e penalizadas, as instituições têm e devem ser acompanhadas e apoiadas”.

Ainda antes de apresentar as iniciativas,



Eleutério Alves lembrou algumas dessas dificuldades.

“Temos que lembrar diariamente ao poder político e aos departamentos do Estado que as instituições de solidariedade são entidades autónomas”, sustentou, afirmando: “Na verdade, o que a prática nos tem demonstrado é que as IPSS são mais geridas pelos gabinetes e serviços do Estado do que pelos dirigentes”.

A encerrar a introdução, o vice-presidente sublinhou que “a sustentabilidade financeira da CNIS e das associadas afirma-se também neste Programa de Ação como uma das preocupações”.

Nesse sentido, “a política de recursos

humanos, seja na vertente dos seus custos, que atingem em média 66% dos custos das instituições, seja na otimização dos quadros de pessoal, ou na formação e qualificação, as baixas comparticipações do Estado nos serviços contratualizados, que não ultrapassam os 35% do seu custo, a baixa média de comparticipação dos utentes e famílias, a inexistência ou dificuldade de acesso a programas ou linhas de financiamento, todas estas condicionantes da gestão serão avaliadas e tratadas” ao longo do ano.

Por seu turno, nos considerandos sobre o Orçamento, Macário Correia, tesoureiro da CNIS, defendeu que “é necessário ser mais solidário e

mais correto no pagamento das quotas”, rematando dizendo: “Há uma confusão [com algumas UDIPSS] que não me agrada”.

Findas as apresentações dos dois documentos a levar a votação, foi tempo de os discutir e as IPSS presentes manifestaram-se bastante, demonstrando preocupações e questionando opções, especialmente do Programa de Ação.

Em resposta a algumas delas, o presidente da CNIS sustentou que “o Programa de Ação deve ter em conta os constrangimentos dos programas anteriores e este tem, com um resumo do que se cumpriu”.

É que o novo ano traz mais e novos constrangimentos às IPSS, logo a começar pela atualização do salário mínimo, em 5,833%, que Direção e demais dirigentes das instituições que intervieram na Assembleia consideraram “justa”, mas também apelaram a que, em sede de Cooperação, a comparticipação do Estado seja de igual valor.

A grande preocupação é com a sustentabilidade das instituições, também porque, para além desta atualização, será necessário aliviar o esmagamento que as demais categorias profissionais têm vindo a sofrer.

“É evidente que a atualização de 5,84% do salário mínimo vai levar a ter que haver uma negociação para as outras categorias profissionais. E assusta-nos o esmagamento que tem existido das outras categorias”, afirmou o padre Lino Maia.

Esta é uma matéria que tem especial relevância na sustentabilidade das instituições e, por isso, “há uma concertação total entre a CNIS e a União das Misericórdias para que insistamos, nesta legislatura, para que a comparticipação pública acompanhe o aumento do salário mínimo”.

Para o presidente da CNIS, “não é sensato pedir uma atualização de 10%, que o devia ser, mas pelo menos que acompanhe a do salário mínimo, que é justa, mas também obriga a outras atualizações salariais”, lembrando ainda que “as instituições pagam 14 meses de salários e recebem 12 na Cooperação”.

Por outro lado, o padre Lino Maia lembrou que “era importante haver outras medidas, como o quadro de pessoal ser gerido pelas instituições ou haver sensatez na fiscalização, que contribuam para a sustentabilidade”, tal como também “a revisão do regime fiscal das IPSS”.

Mais à frente, o líder da CNIS informou as associadas que “já há diálogo como o novo Ministério”, referindo, a propósito da nova Secretaria de Estado da Ação Social, que “é vantajoso, mas não é o que gostaríamos, porque, cada vez mais, as nossas respostas não são apenas ação social”.

Por isso, o padre Lino Maia sugeriu: “Talvez uma Secretaria de Estado na dependência da Presidência do Conselho de Ministros fosse mais vantajoso”.

Por outro lado, revelou que “há vontade de Governo” para que a Adenda 2020 ao Compromisso de Cooperação para o Sector Social Solidário seja concluída em fevereiro.

O arranque do novo ano ficará marcado pela celebração do 39º aniversário da CNIS, que se assinala dia 15 de janeiro.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)



Destaques do Programa de Ação 2020

O Programa de Ação 2020 da CNIS versa em torno de três eixos estratégicos, que assentam na defesa e promoção do quadro de valores das IPSS, na contribuição para o reforço da organização e do papel de intervenção das instituições e ainda pelo estabelecimento de parcerias e da cooperação.

É um documento com enfoque em três áreas que estruturarão as atividades da Confederação: direitos fundamentais no contexto das respostas sociais; iniciativas relativas às dependências e deficiências; iniciativas de informação e sensibilização em torno da transição energética e adaptação às alterações climáticas.

Entre as muitas ações previstas, logo na abertura do ano, a 15 de janeiro assinala-se o Dia da CNIS, para o qual estão previstas algumas iniciativas.

Um seminário sobre deficiência e a apresentação do livro «Das Confrarias às IPSS. O longo caminho das Instituições de Solidariedade em Portugal: subsídios para a sua história», da autoria de Isabel Monteiro.

Em termos de celebrações, de referir a realização da XIV Festa da Solidariedade 2020 no Arquipélago dos Açores, em finais de maio, início de junho.

Por outro lado, no próximo ano a CNIS pretende dar continuidade ao estudo sobre a «Importância Económica e Social das IPSS

em Portugal», estando já a proceder à sua atualização, perseguindo o objetivo de elaboração da Central de Balanços; dinamizar o Grupo de Trabalho dos custos reais e custos técnicos das respostas sociais; e aprofundar o trabalho com o Colabor de avaliação das respostas sociais e a reflexão e estudo do projeto que visa saber «Como promover a prestação de contas (social, económica e financeira) no sector da Economia Social, o caso das IPSS», em colaboração com os institutos superiores de contabilidade e administração de Aveiro, Coimbra e Porto.

Em termos de ações de formação e capacitação, para o ano de 2020 a CNIS destaca as formações para dirigentes das IPSS na área da gestão e para auxiliares de Ação Educativa (Pré-escolar), que resultam de uma candidatura ao PO ISE - Programa Operacional Inclusão Social e Emprego.

Em termos de cooperação e do protocolo assinado entre o Sector Social Solidário e o Estado, através dos ministérios do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, da Educação e da Saúde, a Direção já prepara a negociação do Protocolo a assinar para 2021-2022.

Já o Orçamento 2020 prevê um resultado líquido de 1.803,51 euros, fruto de uma previsão de rendimentos de 877.977,72 euros e de gastos no montante de 876.174,21 euros.

ASSOCIAÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO DE VALE DA ESTRELA, GUARDA

Os desafios mais difíceis são os mais apetecíveis

A Associação Social e Desenvolvimento de Vale da Estrela (ADM Estrela) cumpre 30 anos de existência este mês de dezembro e nasceu no sopé da Serra da Estrela. Inicialmente apenas com as respostas de Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário (SAD). Porém, e fruto da dinâmica e espírito de missão dos seus dirigentes, a instituição tem hoje uma dimensão nacional e internacional, continua a promover projetos inovadores e abre os braços aos desafios mais difíceis da área social.

Nestas três últimas décadas a ADM Estrela cresceu bastante e hoje encontra-se num processo de transição para Fundação Estrela, cujo presidente do Conselho de Administração é Bernardino Gata Silva, enquanto Josefina Almeida é a presidente da Direção da Associação.

“É um processo natural de evolução. Começámos há 30 anos na aldeia de Vale de Estrela, com um Centro de Dia e um SAD, e como qualquer instituição fomos evoluindo”, começa por referir José Almeida Gomes, diretor-geral da instituição, acrescentando: “Hoje, num contexto de distribuição nacional e até internacional, e sendo a instituição muito transversal em termos de valências sociais, com muitos projetos comunitários e interligação com outras instituições, sentimos a necessidade de ter uma postura pública e jurídica mais sólida e sustentável e que é a fundação. Com uma diferença e originalidade, é que todos os associados da ADM Estrela passam a ser curadores da Fundação Estrela”.

Atualmente, a instituição tem pólos em Vale de Estrela (ERPI com 20 utentes, Centro de Dia com 12, SAD com 20, CAO com 20 e Centro Juvenil com 35 jovens), na Guarda (CATL com 70 jovens, Academia Júnior com 70, Jardim de Infância com 25 crianças, Espaço Novidade com 40 idosos e Centro de Formação com 67 formandos), Pinhel (Lar Residencial com 24 utentes e CAO com 26), Manteigas (Creche com 15 bebés e Jardim de Infância com 25 crianças), Castelo Branco (Casa de Acolhimento de Jovens com 16 utentes), Lisboa (CATL para jovens adultos onde trabalha com cerca de 70 jovens) e ainda Belmonte, onde tem uma quinta pedagógica. No apoio a todas as estruturas, a instituição conta com um quadro de pessoal de 120 trabalhadores.

“Face à diversidade de respostas que temos, a ADM Estrela não é uma instituição típica”, sustenta o diretor-geral.

“Apesar de toda a diversidade de respostas, a área da deficiência é a menina dos nossos olhos”, acrescenta Bernardino Gata Silva.

“Sempre tivemos uma característica social, solidária e humanista, pelo que quase sempre escolhemos fazer o que era mais difícil. Lares de idosos há muitos e em quase todas as aldeias, agora atuar na área da deficiência e na formação



dirigida a público que tem muitas carências já não é qualquer instituição que quer fazer, mas é isso que nós fazemos”, argumenta José Almeida Gomes, que destaca o trabalho desenvolvido na capital: “Por exemplo, o trabalho que desenvolvemos em Lisboa é algo difícil. Podíamos ter criado uma creche num bairro rico de Lisboa, mas não, temos CATL para jovens no Bairro da Serafina e Liberdade, que é um dos bairros mais difíceis”.

E por mais estranho que pareça uma instituição que nasceu no sopé da Serra da Estrela criar uma delegação em Lisboa, para os dirigentes da ADM Estrela isso é apenas a sequência lógica da sua forma de trabalhar em rede e em parceria.

“As coisas acontecem sem darmos conta. Há uns anos tivemos a ideia de criar uma fundação envolvendo grandes empresas em que os jovens da Guarda iam a Lisboa ou ao Porto e os de lá vinham à Guarda. E por determinados cruzamentos pessoais e numa parceria com uma instituição de Lisboa, que já não existe, passámos

a dispor de um espaço na capital. O trabalho em Lisboa consiste em desenvolver uma série de atividades, com apoio essencialmente da Câmara Municipal, junto dessa população jovem do Bairro da Serafina e Liberdade, numa atitude de prevenção para os males que todos conhecemos”, explica José Almeida Gomes, ao que Bernardino Gata Silva acrescenta: “Para sermos considerados temos que ser reconhecidos e o reconhecimento que temos é fruto da nossa forma de estar e das ligações e parcerias que estabelecemos”.

Para além das respostas (ditas) típicas, a ADM Estrela investe muito em projetos inovadores na comunidade, como recorda o diretor-geral da instituição: “Aquando do lançamento dos projetos de luta contra a pobreza, a ADM Estrela criou três estruturas a que chamou «Cafés ecológicos», onde não se fumava e não se bebia, era gerido pelos próprios jovens e onde havia acesso livre à internet. Os impactos foram enormes junto da população jovem, que ainda hoje diz ser a

«geração dos ecológicos». E foi daqui que nasceu o Centro Juvenil que, no fundo, é um ATL atípico, que desenvolve uma série de atividades que ocupam os jovens e os apoiam no estudo, misturando os da cidade com os da aldeia, sendo que estes são cada vez menos”.

Mais recentemente, a instituição abraçou dois outros projetos inovadores e bastante diferente entre si, mas que, no fundo, têm um objetivo comum: integrar e incluir quem é portador de deficiência.

“O CAVI (Centro de Apoio à Vida Independente) é um projeto, como há mais 29 em todo o país, em que a instituição contrata e forma assistentes pessoais que acompanham no dia-a-dia pessoas com dificuldades, normalmente, pessoas com um grau de deficiência de 60% ou mais e que não conseguem realizar as atividades da vida diária. São pessoas que não são institucionalizadas e que recebem um apoio de 40 horas semanais desse assistente pessoal”, refere José Almeida Gomes.

Por outro lado, e já com uma apresentação pública na cidade da Guarda, a instituição desenvolve desde setembro de 2018 o «Delyramus», um projeto cofinanciado pelo Programa Europa Criativa, que reúne essências históricas e culturais europeias, com atividades dirigidas a grupos com dificuldades de acesso à cultura, tendo como ponto central alguns instrumentos musicais medievais e renascentistas europeus.

Enquanto parceira, a ADM Estrela desenvolveu ateliês artísticos e visitas a espaços culturais, promovendo assim a integração das pessoas com deficiência através da música... medieval.

O trabalho com públicos socioeconomicamente desfavorecidos não faz os dirigentes esmorecer, pelo contrário.

“Somos uma instituição social, pelo que não há nenhum utente que deixe de ter o nosso apoio se não tiver condições financeiras. É claro que, no global, é necessário assegurar a sustentabilidade da instituição. Sabemos que há outras instituições que têm uma melhor solvência financeira do que nós, mas o que fazemos é uma gestão rigorosa, em termos de despesa e desperdício, e temos que conseguir uma receita minimamente equilibrada do ponto de vista das famílias. É neste equilíbrio entre as participações do Estado e as das famílias e os custos que temos que assegurar a sustentabilidade da instituição”, afirma o diretor-geral, que acrescenta: “A saúde financeira está perfeitamente equilibrada, fruto da gestão rigorosa que fazemos. Costumo dizer que temos capacidade financeira para fazer tudo o que fazemos, sendo que só fazemos aquilo para o qual temos capacidade financeira”.

Nesse sentido, a instituição prepara já o futuro, tendo elaborado um plano estratégico de desenvolvimento para 10 anos.

“Este plano envolve uma verba entre os seis e os sete milhões de euros, sendo que estamos já a preparar um financiamento junto das entidades bancárias, com estudos económicos adequados em que se não conseguirmos alguma subsídio pública, temos que arranjar forma de o concretizar na mesma”, explica, concretizando: “Por exemplo, temos a necessidade de construir uma nova ERPI, mas esta tem que ser sustentável por si, se não estiver na orla da Segurança Social. O nosso próximo lar, se não



for construído com apoios públicos, terá que ser na orla do financiamento privado”.

E os projetos imediatos passam pela construção de uma nova ERPI, com capacidade para 40 camas e ainda um Lar Residencial, para entre 20 a 26 utentes, a fim de “dar resposta às solicitações que continuamente chegam à instituição, para além de que os utentes que hoje estão em CAO, com o envelhecimento das famílias, necessitam de um espaço com condições”.

Nesse sentido, a instituição pretende “adquirir uns terrenos onde instalar um Parque da Inclusão, com o Lar Residencial e oficinas para formação profissional, entre outras valências”,

revela José Almeida Gomes, que aponta como grande dificuldade a inserção profissional dos formandos com deficiência.

“O grande problema que enfrentamos é a questão da inserção profissional, porque damos muita formação a pessoas com deficiência, mas se não houver mais apoio do Estado muitas destas pessoas serão sempre ostracizadas pela comunidade. Esta é uma luta nossa de há muito tempo. A governação tem que ver esta questão de outra forma e com outra atenção, porque é sempre mais económico para o país apoiar no ensino e na formação e no exercício profissional do que deixar essas pessoas andarem nos circuitos paralelos da sociedade”, afirma.

PATRONATO NOSSA SENHORA DA BONANÇA, CAMINHA

«Eco Sacolas» apoiam a educação e ajudam o ambiente

À semelhança de anos anteriores, o Patronato Nossa Senhora da Bonança, instituição com as respostas de creche e jardim-de-infância, lança mais uma Campanha Solidária de Natal, com o objetivo de angariar fundos para a sua missão na infância e na solidariedade.

A campanha deste Natal 2019 intitula-se «Eco Sacolas» e, para além do objetivo já referido de angariação de fundos, a instituição de Vila Praia de Âncora pretende igualmente sensibilizar toda a comunidade para a sustentabilidade ambiental, incentivando o uso das «eco sacolas», em substituição dos sacos plásticos.

Refira-se que a iniciativa está relacionada com o tema «Desperdício 0» que será trabalhado ao longo do ano letivo com as crianças e famílias.

Cada conjunto «Eco Sacolas» é composto por um saco principal com aplicação em cortiça

e ilustrado com um desenho realizado pelas crianças do Patronato, dois sacos grandes de atilho e mais um saco médio, também de atilho. Estão disponíveis dois modelos de sacos principais com dois tipos de ilustrações diferentes.

O custo é 10 euros e pode ser adquirido em vários locais, nomeadamente no Patronato Nossa Senhora da Bonança, nas Piscinas Municipais de Vila Praia de Âncora, nos Postos de Turismo de Vila Praia de Âncora e Caminha e ainda em diversos espaços comerciais (Docelândia Caminha, Retrosaria Helana, Masseuria Café Bar, Hotel Meira, Loja Toskana, Telha da Tuxa, Herança Minhota e Be Fit).

O mote das «Eco Sacolas» é: «Evite o uso de sacos plásticos e apoie a educação e o desenvolvimento saudável e feliz de 85 crianças dos três meses aos seis anos de idade».



PRÉMIO BPI CAPACITAR

APPACDM de Vila Nova de Gaia distinguida com 38 mil euros

A APPACDM de Vila Nova de Gaia foi uma das IPSS distinguidas no âmbito do Prémio BPI «la Caixa» Capacitar 2019 com o Projeto «Dar Voz a Todos», ao qual foi atribuída uma verba de 38.400 euros.

O projeto da instituição gaiense promove a comunicação aumentativa e alternativa dos jovens com deficiência mental, através de software e equipamento específico, de forma a desenvolver uma maior integração destas pessoas na sociedade, contextos de vida e relações interpessoais.

Destina-se a 20 utentes do Centro de Atividades Ocupacionais com limitações ao nível da linguagem e comunicação.

Na edição 2019 do BPI Capacitar foram recebidas 158 candidaturas de instituições sem fins lucrativos, com projetos diversos e meritórios, orientados para a melhoria da qualidade de vida, a ocupação e a autonomia de pessoas com deficiência ou incapacidade permanente, tendo sido possível premiar 23 instituições: AFACIDASE - Associação de Familiares e Amigos do Cidadão com Dificuldades de Adaptação da Serra da Estrela; APADP - Associação de Pais e Amigos de Deficientes Profundos; APEXA - Associação de Apoio à Pessoa Excepcional do Algarve; Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM) de Évora; APPACDM de Matosinhos; APPACDM de Vila Nova de Gaia; APPDA Coimbra



(Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo); APPDA Lisboa; ARCIAL - Associação para Recuperação de Cidadãos Inadaptados de Oliveira do Hospital; Artenave Atelier - Associação de Solidariedade; Associação Cabra Cega; ADDL - Associação de Dança de Leiria; Associação de Paralisia Cerebral de São Miguel; Associação Nacional de Esclerose Múltipla; Associação Salvador; BIPP - Banco de Informação de Pais para Pais; CASL - Casa

de Acolhimento Sol Nascente; CERCIMONT - Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Montalegre; CREACIL - Cooperativa de Reabilitação, Educação e Animação de Crianças/Jovens com Deficiência do Concelho de Loures; CRIT - Centro de Reabilitação e Integração Torrejano; Fundação António Joaquim Gomes da Cunha; Associação Pais em Rede; Associação de Solidariedade Pesqueirâmica.

CENTRO CULTURAL E SOCIAL DE SANTO ADRIÃO, BRAGA

Noite de fados angaria fundos para dois projetos na comunidade

Na noite de 16 de novembro, o auditório Vita, em Braga, recebeu mais uma noite memorável de fado solidário, um espetáculo organizado pelo Clube Limiano de Automóveis Clássicos (CLAC), em parceria com o Centro Cultural e Social de Santo Adrião (CCSSA).

O objetivo principal foi o de recolher fundos para o financiamento de dois projetos que o Centro de Santo Adrião abraçou há algum tempo: «Dar asas para voar» e o «Lusco-fusco».

«Dar asas para voar» tem o propósito de atender pessoas com multideficiência, uma realidade problemática que os responsáveis pela instituição minhota consideram ser de «todos».

É um projeto que pretende encontrar uma resposta para a melhoria da qualidade de vida daquelas pessoas mais fragilizadas e das suas famílias. «São pessoas que apenas são diferentes, mas que sentem como cada um de nós. Há de constituir-se como uma resposta solidária única, diferenciadora e organizada, de impacto social sem paralelo na nossa praça», sustenta João Sousa, presidente do CCSSA.

O «Lusco-fusco» é um projeto dirigido a crianças e jovens, a partir dos três anos de idade, com a intenção de facilitar a flexibilidade profissional das famílias, residentes e/ou a laborar no concelho de Braga.

Trata-se de uma resposta socioeducativa em regime de horário alargado, em turnos noturnos, potenciadora da flexibilidade profissional das famílias e que permite o acesso a mais e melhores oportunidades de emprego.

O espetáculo registou casa cheia, com uma adesão muito significativa de público. Foram vários os patrocinadores que se quiseram aliar à iniciativa, conseguindo o Centro uma verba próxima dos 4.500 euros.

O espetáculo abriu com a projeção de um pequeno vídeo, dando conta da dinâmica do trabalho desenvolvido no CCSSA, dos propósitos do espetáculo e da ação dos diversos patrocinadores.

Seguiu-se um momento em memória dos portugueses que lutaram por Portugal na Grande Guerra, com Gil Santos a entoar o «Fado das Trincheiras», de Fernando Farinha, devidamente



fardado e acompanhado por Vítor Silva (viola) e por Américo Costa e Diogo Agapito (bandolim).

Seguiu-se, ainda na primeira parte, a atuação de três fadistas: Joana Silva, Valdemar Félix e Teresa Baixo, acompanhados por Manuel Lima (guitarra) e Henrique Lima (viola).

Na segunda parte, começou por nova ida a palco dos três fadistas para um novo fado a cada um, para se seguir o momento do Fados de Coimbra. Com Domingos Mateus, à guitarra, e Pedro Paredes, à viola, Jaime Lima Leite, Vítor Barreto e Miguel Rego cantar vários temas bem conhecidos.

ASSOCIAÇÃO DO PORTO DE PARALISIA CEREBRAL

Era uma vez... 10 mulheres «Feitas de Ferro, desenhadas a carvão»

Estreou no passado dia 30 de novembro, perante casa cheia, a mais recente produção do «Era uma vez... Teatro», grupo da Associação do Porto de Paralisia Cerebral (APPC).

A violência sobre as mulheres é o ponto de partida da peça «Feitas de Ferro, desenhadas a carvão». Em cena foram apresentadas as histórias de 10 mulheres que decidem «romper o palco e aumentar as possibilidades de sobrevivência» – despidendo aquilo que o coletivo de teatro da APPC retrata como um «silêncio indigno das mulheres maltratadas».

O espetáculo traduz o silêncio de muitas mulheres que sofrem as atrocidades de uma sociedade ainda demasiadamente machista.

Esta viagem começou a ser preparada há cerca de 10 meses, com os elementos do «Era uma vez... Teatro» a assistirem a filmes, entrevistas e reportagens e a lerem muitas histórias.

E foi assim que, finalmente, «chegaram» ao livro de Carla Maia de Almeida, «Em nome da filha». Em três dias, no meio de muitos silêncios e de leituras em grupo, tudo ganhou forma. E começaram a moldar estas mulheres «feitas de ferro e desenhadas a carvão».

Ainda sem novas datas ou locais previstos, a intenção é fazer mais apresentações, que serão anunciadas no momento certo.

A companhia «Era uma vez... Teatro» é um projeto inclusivo que junta pessoas com e sem paralisia cerebral e que pretende sensibilizar a



sociedade para as capacidades artísticas das pessoas com deficiência.

Foi em 1997 que este grupo começou a apresentar produções com o objetivo geral do desenvolvimento de atividades no âmbito da sensibilização, formação, pesquisa, experimentação, promoção e produção de eventos artísticos.

Em 2009 a companhia foi galardoada com o

Prémio Talma, atribuído a Mulheres, Homens, Organismos e Instituições que, ao longo das suas vidas, prestigiaram o Teatro de Amadores das associações e engrandeceram o movimento associativo.

Já em 2015 ganhou o Prémio Internacional de Inclusão Social na Arte, atribuído pela Fundación Anade (de Espanha).



PR SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Não tenham medo da denúncia

O Presidente da República apelou aos portugueses para que tomem posição perante a violência doméstica e não tenham medo de a denunciar, congratulando-se com a perspetiva de “multiplicação” de espaços de apoio às vítimas.

“Numa sociedade civilizada e democrática é intolerável a violência doméstica. E esse é o primeiro apelo que faço hoje: não tenham medo de dizer não à violência doméstica”, afirmou Marcelo Rebelo de Sousa aos jornalistas, após ter visitado o Espaço Júlia - Resposta Integrada de Apoio à Vítima, em Lisboa, no Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres.

“Está aqui, como também está no Porto e em Oeiras. E vai estar nas várias capitais de distrito. E há de estar mais rapidamente no Campus de Justiça. A ideia é responder com uma estrutura ainda mais abrangente, mas com a mesma paixão, a mesma competência aqui revelada”, acrescentou o Presidente da República.

Marcelo Rebelo de Sousa destacou em particular a “boa notícia” da abertura de um espaço semelhante no Campus de Justiça, em Lisboa, “mais próximo do Ministério Público, encurtando prazos”.

No seu entender, “infelizmente acordou-se



“muito tarde”, em Portugal e no resto do mundo, mas “o que é facto é que há uma resposta que tem vindo a ser dada, e a multiplicação dessa resposta é fundamental”. “Por isso, eu diria que o facto de haver a ideia de multiplicar a resposta é sinal de que se quer mesmo responder a um problema que é grave na sociedade portuguesa”, considerou.

O Presidente da República e o ministro da Administração Interna estiveram cerca de meia hora no Espaço Júlia, sem a presença da

comunicação social, e à saída Marcelo Rebelo de Sousa deixou um “apelo a todos os portugueses, sem exceção, para que percebam a gravidade da violência doméstica e não tenham medo de tomar posição perante ela, não tenham medo de denunciar, sempre que isso se impuser”.

Às vítimas, pediu que “não tenham medo de defender os seus direitos”, salientando que sabe como “isso é difícil, porque há agressores muito próximos que pressionam muito, que condicionam muito o seu comportamento”.




SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS À SUA MEDIDA

Gestão integrada de todas as áreas da organização

SOFTWARE ESPECÍFICO PARA A ECONOMIA SOCIAL

SALÁRIOS	UTENTES	SÓCIOS	PROCESSO INTEGRADO DO UTENTE	PROCESSO CLÍNICO E SOCIAL
TESOURARIA	CONTABILIDADE	STOCKS	REGISTO DE ATIVIDADES DIÁRIAS	APOIO DOMICILIÁRIO
CLÍNICA	BLOCO OPERATÓRIO	INTERNAMENTO	PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA	UNIDADES DE CUIDADOS CONTINUADOS
RECURSOS HUMANOS	IMOBILIZADO	MAILING	ESCALAS DE SERVIÇO	VIATURAS

**100%
WEB**



NOVA PLATAFORMA WEB
para a gestão dos processos administrativos, sociais e de gestão das organizações.

F3M Information Systems, S.A. | contacto@f3m.pt | info@f3m.pt | Tel. (+351) 253 250 300 . (+351) 213 636 271 | www.f3m.pt
 Head Office, Braga | Lisbon Branch, Lisboa | Moçambique Branch, Maputo | Angola Branch, Luanda



COMISSÕES DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS

Famílias de acolhimento vão ter melhores condições em 2020

Apenas nove crianças tiveram uma medida de proteção em regime de acolhimento familiar em 2018, sendo que quase todas as crianças sinalizadas pelas comissões de menores ficaram na família, a maioria junto dos pais.

De acordo com o relatório de atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) para 2018, no ano passado foram aplicadas 14.007 novas medidas de proteção, que se somaram às 20.928 transitadas de outros anos e que dão o valor global de 34.935 medidas de promoção e proteção.

Relativamente às mais de 14 mil medidas de proteção definidas no ano passado, “mantém-se a tendência” para que as crianças sejam acolhidas em meio natural de vida, ou seja, junto da família alargada, tendo havido apenas nove casos em que as crianças foram colocadas junto de famílias de acolhimento.

A medida de proteção em regime de acolhimento familiar foi também a escolhida para o bebé que foi abandonado pela mãe dentro de um ecoponto, em Lisboa, tendo o Tribunal de Família e Menores de Lisboa determinado que assim que a criança tiver alta clínica deverá ser entregue a uma família de acolhimento, a título cautelar.

O regime de acolhimento familiar foi uma questão amplamente discutida durante a anterior legislatura, com vários partidos a acusarem o então Governo de desvalorizar a medida, preferindo a institucionalização ao acolhimento junto de uma

família, usando-a apenas em situações excecionais, em vez de ser a regra.

O Governo assumiu que o regime precisava de alterações, nomeadamente que o tornassem mais atrativo para as famílias e fizesse aumentar, assim, o número de candidaturas, tendo sido aprovado, no final do mês de agosto, um pacote de alterações, que entram em vigor a 01 de janeiro de 2020, e que traz, entre outras, o aumento do valor que é pago a quem acolhe uma criança.

Entre as novidades deste regime, passa a estar assegurado que as famílias de acolhimento podem beneficiar de todos os direitos parentais que são concedidos às famílias no âmbito do Código de Trabalho, como as faltas, horários ou licenças.

Por outro lado, o Governo passará a pagar entre 522 e 691 euros por criança, quando o valor mínimo atual ronda os 330 euros. A majoração do valor será avaliada consoante a idade das crianças e também em função de outras situações como a deficiência.

As famílias de acolhimento vão poder apresentar as despesas de saúde e de educação da criança que tenham a cargo e faltar ao trabalho para assistência ao menor, passando a ter também direito a licença parental.

Graças às alterações ao regime, as famílias de acolhimento vão passar a poder apresentar para deduções à coleta todas as despesas com educação ou formação, bem como com saúde e seguros

de saúde, uma vez que a criança ou jovem passa a ser considerado como membro do agregado familiar.

Estes menores passam também a ser considerados como dependentes da pessoa singular ou da família para efeitos de dedução à coleta, “sendo a dedução calculada de forma proporcional à duração, no ano em causa, do período de acolhimento”.

Em matéria de direitos laborais, durante o período de duração do contrato de acolhimento, estas famílias ou pessoas singulares passam também a ter direito a faltar para assistência à criança ou ao jovem, tal como previsto no Código do Trabalho para as demais famílias.

Por outro lado, a mãe e o pai trabalhadores que estejam envolvidos no processo de acolhimento e tenham a cargo uma criança com idade até um ano têm direito a usufruir da licença parental.

O artigo relativo à gratuidade da prestação de serviço define que as famílias que façam o serviço de acolhimento de forma gratuita têm estes mesmos direitos, sendo que, nestes casos, quem tem a criança a cargo deixa de ter que se inscrever nas finanças como trabalhador independente ou exercer o acolhimento familiar a título de atividade profissional principal ou secundária.

Se a família acolher de forma gratuita não tem direito a receber a retribuição mensal pelos serviços prestados, mas tem na mesma direito ao subsídio para a manutenção, por cada criança ou jovem.

EM PORTUGAL

Em três anos mais de 2 700 crianças foram vítimas de abusos sexuais

Mais de 2.700 crianças foram vítimas de abusos sexuais nos últimos três anos e já em 2019 dezenas de crianças e jovens pediram ajuda por causa de um crime que acontece sobretudo na família e deixa marcas irreversíveis.

A 18 de novembro assinalou-se o Dia Europeu para a Proteção das Crianças contra a Exploração Sexual e o Abuso Sexual, uma data criada pelo Conselho da Europa para lembrar que, em média, uma em cada cinco crianças na Europa são vítimas de alguma forma de violência ou exploração sexual.

Os dados estatísticos do Ministério da Justiça mostram que nos últimos três anos, entre 2016 e 2018, foram registados 2.752 crimes de abuso sexual de menores pelas autoridades policiais portuguesas, tendo havido mais de 5 mil processos que deram entrada na Polícia Judiciária.

Já durante este ano várias dezenas de crianças e jovens precisaram do apoio da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e do Instituto de Apoio à Criança por causa deste tipo de crime.

A APAV tem desde 2016 em funcionamento o projeto CARE, uma rede de apoio cofinanciada pela Fundação Calouste Gulbenkian, que apoia crianças e jovens vítimas de abuso sexual de forma gratuita, referenciados pela Polícia Judiciária, aos quais dão ajuda psicológica, jurídica ou até para lidar com as diligências processuais.

A responsável pela rede adiantou que o número de pessoas que aceitam a ajuda da APAV tem vindo a aumentar desde 2016 e que em 2019 deverá

continuar “a curva ascendente”.

De acordo com Carla Ferreira, receberam 131 novos pedidos de ajuda até maio, mas esse número já mais do que duplicou, o que leva a responsável a afirmar que este ano irá terminar com um número superior de casos aos registados em 2018.

Os dados da rede CARE mostram que no ano passado foram apoiadas 304 crianças e jovens, um número acima das 251 registadas em 2017 e das 195 que pediram ajuda em 2016.

“Em maio já tínhamos apoiado 881 crianças, o que dá uma média de 22 novas situações por mês”, revelou, acrescentando que se trata do total dos três anos e que esse número deverá ultrapassar os mil casos até ao final do ano.

Carla Ferreira apontou que “a maioria dos crimes são praticados no seio da família”, já que em 54% dos casos acompanhados os abusos sexuais ocorreram dentro do seio familiar.

“Na melhor das hipóteses, estamos a falar de 10% de casos que são praticados por pessoas completamente desconhecidas da vítima, o que significa que os restantes 90% são praticados por pessoas que a vítima conhece ou com quem a vítima contacta regularmente”, apontou Carla Ferreira.

O psicólogo clínico e secretário-geral do Instituto de Apoio à Criança, que é também responsável pela linha telefónica SOS Criança, específica para denúncia de abusos sexuais, também sustentou que a maior parte dos casos acontece “dentro das quatro paredes”, havendo casos de crianças abusadas

por pais, padrastos ou amigos da família.

De acordo com Manuel Coutinho, até ao dia 15 de novembro, a linha SOS Criança tinha recebido 22 pedidos de ajuda por suspeitas de abuso sexual e dois por pornografia infantil, sendo que relativamente aos abusos sexuais, o IAC recebeu 170 contactos desde 2014.

O responsável apontou que o abuso sexual de crianças “é uma situação miserável”, que deixa “marcas irreversíveis no desenvolvimento harmonioso da criança”, podendo deixar marcas que vão desde o medo, insegurança, insónias ou terrores noturnos, a casos de insucesso escolar, perda de autoestima, ou verem-se como os responsáveis pela situação.

Manuel Coutinho defendeu que é importante não só prestar apoio a estas crianças e jovens, como mostrar que os abusadores são devidamente julgados e condenados, de maneira a que a vítima perceba que o agressor foi responsabilizado pelo crime.

Entende, por isso, que o legislador deveria ter mais atenção nestes casos e aplicar penas efetivas, sustentando que uma “pena suspensa não repara de maneira nenhuma aquilo que foi feito a uma criança vítima”.

Segundo os dados estatísticos do Ministério da Justiça, 822 pessoas foram condenadas nos últimos três anos por abuso sexual de menores, a maior parte dos quais (49%) a pena suspensa com regime de prova, tendo sido aplicada pena efetiva em 31% dos casos.

ESTADO DA EDUCAÇÃO 2018

A creche já é uma resposta social com intencionalidade educativa

No relatório «Estado da Educação 2018», publicado pelo Conselho Nacional de Educação, em finais de novembro, conclui-se que a rede de creches tem crescido positivamente, mas que ainda é bastante insuficiente, especialmente em zonas já identificadas. Por outro lado, as críticas à qualidade pedagógica não encaixam totalmente com a realidade. Neste âmbito, a CNIS tem desenvolvido trabalho, junto com a Academia, para colmatar a lacuna formativa, no sentido de tornar, cada vez mais, a creche “uma resposta social com intencionalidade educativa, planeada e avaliada”.

O Conselho Nacional de Educação (CNE) divulgou na última semana de novembro o relatório «Estado da Educação 2018», um documento que colige dados sobre os diversos ciclos do sistema educativo, os aprecia e comenta e ainda contém recomendações.

Para o texto presente, e por ser a vertente mais significativa para as IPSS, apenas serão abordados alguns dos aspetos respeitantes à primeira infância e educação pré-escolar.

Um dos dados positivos que o relatório evidencia é o crescimento da resposta de creche (zero aos três anos), cuja taxa de cobertura se situava, em 2017, em 49,1%.

“A taxa de cobertura das respostas sociais para a primeira infância (amas e creches), no Continente regista um crescimento positivo entre 2008 e 2015, ano a partir do qual se observam quebras anuais”, pode ler-se no relatório, que revela ainda que “nas regiões autónomas este indicador apresenta um crescimento consistente, sendo de realçar os 56,8% alcançados em 2018”, na Madeira.

Comparativamente com os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e da União Europeia (UE23 países), Portugal apresenta uma taxa de cobertura da resposta social de creche (36,7%) ligeiramente superior às médias da OCDE (36,3%) e da UE23 (35,6%).

“Mas esse dado não nos alivia, nem nos consola, porque isso são médias”, começa por dizer Filomena Bordalo, assessora da CNIS, apontando que “há é défice de planeamento, porque, se calhar, para algumas regiões é o suficiente, mas para outras não é”.

Aquando da assinatura do Compromisso de Cooperação vigente, em julho passado, o primeiro-ministro António Costa anunciou a criação de sete mil lugares em creche, tendo referido que seriam direcionadas para “as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e para as zonas abaixo do indicador europeu de 30% cobertura”.

“Por isso, o novo PARES – Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais só abriu para creches, com o objetivo de



aumentar a capacidade de resposta em creche e para os territórios em que há uma taxa de cobertura inferior a 33%. O próprio despacho define quais são os concelhos que estão abrangidos”, sublinha Filomena Bordalo, que ainda assim tem dúvidas: “Provavelmente, alguns concelhos que têm taxa inferior a 33%, comparativamente com outros em igual situação, não têm situações tão gritantes. Há concelhos que têm essa realidade, mas que, sabe-se, têm poucas crianças, o que muitas vezes não é comparável com as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e outros territórios”.

Segundo o relatório, “a Área Metropolitana de Lisboa permanece como a região do país onde se observam os valores mais baixos da taxa de pré-escolarização aos 3, 4 e 5 anos (70,7%, 85,0% e 89,2%)”.

Por isso, a assessora da CNIS defende que “tem de haver um planeamento mais fino, mais minucioso, o que habitualmente se chama de mapeamento, porque o problema são as médias”.

Até porque a realidade, segundo o relatório, demonstra que mais de metade dos bebés em Portugal não tem lugar em creche, independentemente da escolha dos pais.

Por outro lado, e por a resposta estar de fora do sistema educativo, o relatório critica a qualidade pedagógica em creche, sustentando-se em estudos sobre a qualidade dos serviços de educação e cuidados para crianças dos zero aos três anos que “apontam para níveis mínimos ou inadequados de qualidade na generalidade das instituições”.

Para Filomena Bordalo, “quando se fala em qualidade tem que se pensar que a qualidade



não é um ponto de chegada, mas sempre um ponto de partida, porque ela é dinâmica, é constante, é melhoria contínua”.

E este é o pensamento que a CNIS tem seguido e tem passado às suas associadas.

“A preocupação e o esforço da CNIS tem sido no sentido da qualificação da resposta de creche, em vários domínios. Um é afirmar que a resposta social de creche é uma resposta social tanto de apoio à família como à criança no seu desenvolvimento”, sustenta, sublinhando: “A creche é uma resposta social com intencionalidade educativa, planeada e avaliada, e que não serve apenas para recolher meninos. A creche é para os proteger e os desenvolver nas suas capacidades e apoiar os pais no exercício das suas competências parentais”.

Nesse sentido, e colmatando uma lacuna evidente, a CNIS, em colaboração com outras entidades, especialmente da Academia, tem feito caminho na qualificação dos profissionais que trabalham em creche (educadores e auxiliares) e que se tem materializado na realização de formações e promoção de estudos e publicações.

“Ciente de que há lacunas na formação e no sentido de responder às preocupações que as instituições têm nesta linha, a CNIS, há uns anos, já estabeleceu um protocolo com as universidades de Aveiro e do Minho e ainda com a Associação Portuguesa de Educadores de Infância do qual resultou a publicação de trabalhos de professores desses estabelecimentos de ensino e ainda ações de esclarecimento e de formação para educadores de infância e pessoal auxiliar que trabalha em creche”, frisa Filomena Bordalo, que recorda ainda o projeto «Rosa dos Ventos» do qual saíram, “à semelhança do que existe de orientações curriculares para o pré-escolar, um conjunto de orientações pedagógicas para a creche”.

Com isso pretendeu-se “criar instrumentos de trabalho comuns às diferentes entidades que desenvolvem a creche a nível pedagógico”.

Para além deste aspeto, o relatório refere a alteração introduzida pela Portaria n.º 2262/2011, de 31 de agosto, que aumentou o número de crianças permitidas por sala, como outro fator prejudicial à qualidade pedagógica.

“Penso que não é tanto a quantidade que interessa a quem fez o relatório, o que lhe interessa é fazer creches municipalizadas. Ou seja, a preocupação é com o serviço educativo, que as IPSS já desenvolvem e muito bem, mas que o estudo diz que não! Se assim fosse, por que razão as instituições tinham educadores de infância na creche?”, questiona Maria Conceição Marques, membro da Direção da CNIS com o pelouro da educação.

Outro aspeto referido no Estado da Educação 2018 é que “o número médio de horas semanais, que as crianças portuguesas com menos de três anos e com três anos ou mais passam em educação e cuidados para a primeira infância e educação pré-escolar (39,1 e 38,5 horas), é dos mais elevados de entre os países da UE28, cuja média semanal de permanência é de 27,4 e 29,5 horas, respetivamente”.

Sublinhando como positivos o alargamento e a flexibilidade de horários das creches, as autoras colocam algumas dúvidas sobre os benefícios para as crianças e famílias.

“Se por um lado esta flexibilidade permite às famílias uma melhor gestão dos compromissos profissionais e familiares, não deixa de ser preocupante este excessivo número de horas de frequência das crianças em creches. Mais de 50% das crianças frequentam

10 a 12 horas diárias (GEP-MTSSS, 2017) e Portugal é o segundo país da OCDE com mais horas de atendimento semanal (OCDE, 2018)”.

Esta uma questão que se prende com as dinâmicas laborais do País, bem diferentes das de outros países europeus, como também destaca o relatório. As IPSS fazem o seu trabalho que passa muito por adequar os horários às necessidades das famílias, pois recorde-se que a esmagadora maioria das creches existentes são de instituições sociais.

Para a dirigente da CNIS os dados revelados são, de certa forma, inevitáveis.

“A única recomendação que há para a existência de uma creche é do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e coloca-a sempre como vertente social, para que o bebé ali esteja enquanto os pais estão no trabalho. Ora, a criança tem que estar lá, pelo menos, nove horas, porque oito horas são as de trabalho dos pais, mais meia-hora para a frente e outra meia-hora para trás... são nove horas! O que está mal não são as IPSS terem creches, mas sim que as creches não estejam integradas no sistema educativo”, argumenta.

Por outro lado, é afirmado no relatório que o atual modelo de financiamento da primeira infância leva as IPSS a colocarem mais crianças por sala, até “acima do previsto na lei”, e a privilegiarem a as crianças de famílias mais favorecidas financeiramente.

“Essa acusação de que as IPSS favorecem a entrada de crianças oriundas de famílias com mais disponibilidade financeira, o que tem levado a uma crescente desigualdade social’ é que está errada”, afirma Maria Conceição Marques, asseverando que tal “não corresponde à realidade e casos pontuais de instituições que o façam não pode rotular todas as outras”.

“Um estudo que a CNIS fez revelou que o custo médio real de utente/mês em creche, em 2017, era de 403,78 euros. Por seu turno, a Segurança Social participou com 258,91 euros, ou seja 64%”, argumenta Filomena Bordalo, lembrando que, “se há entidades que são constantemente auditadas pela Segurança Social, são as IPSS, portanto, algo de errado há nesta conclusão retirada dos efeitos do atual modelo de financiamento”.

Para a assessora da CNIS, “se as instituições existissem apenas para os mais desfavorecidos, entre o que o utente paga e a participação do Estado, as instituições estariam todas fechadas” e lembra ainda que, “até com os mais favorecidos economicamente, as IPSS têm limites para as mensalidades, que está situado no custo da instituição”.

No fundo o que está em causa é a sustentabilidade, algo que as autoras referem ser necessário apoiar, e que Filomena Bordalo explica de forma clara: “O desafio que as IPSS têm de enfrentar é o de conciliar a sustentabilidade social da sua missão e dos seus valores com a sustentabilidade financeira. Se não tiverem sustentabilidade financeira, não conseguem a social, mas também é verdade que se perdem a sustentabilidade social da missão e dos valores de nada serve ter sustentabilidade financeira. Este equilíbrio é que é o grande desafio”.

A isto Maria Conceição Marques acrescenta: “E para que isto aconteça é fundamental o Estado dar mais apoio em sede de cooperação”.

Até porque, como refere a assessora da CNIS, “não sendo o caso da creche, há respostas sociais altamente subfinanciadas”, porém, “a creche, na maioria das instituições, é uma resposta deficitária”.

Recorde-se que a capacidade de resposta nacional à primeira infância “assenta maioritariamente em creches sem fins lucrativos (75,1%) face a creches com fins lucrativos (24,9%) (MTSSS, 2017)”, lê-se no relatório.

JOSÉ A. DA SILVA PENEDA
Economista



Responsabilidade social das empresas

Esta semana fui convidado pela administração do grupo Altice para assistir, em Braga, a um evento sobre responsabilidade social das empresas. Ora aqui está um tema que vai seguramente dar que falar e em tom crescente no futuro. Afinal, do que se trata?

Sendo a busca do lucro e de resultados o objetivo de qualquer empresa e, por via disso, pagam impostos, por que será que a preocupação com os problemas sociais deverá estar também presente na agenda dos gestores que sabem que são avaliados, pelos seus acionistas, primeiro e antes de tudo, pelos resultados que apresentam?

Posta assim a questão a resposta só pode ser enquadrada numa visão muito mais lata sobre o papel das empresas na sociedade, o que significa que, segundo essa visão, a afirmação de uma empresa no tecido social será tanto mais forte quanto mais souber interpretar e ajudar a construir respostas que possam contribuir para a minimização das necessidades mais gritantes do meio envolvente.

Há tempos li um livro que procurava associar o conceito de empresas ao ser vivo e daí o autor glossava sobre este modo de ver as empresas que, na sua maioria, têm um tempo de vida muito inferior ao ser humano e, pela análise que fazia, concluía que as que perduravam no tempo eram as que tinham passado por situações em que, tal como os seres humanos, viveram momentos com sentimentos e emoções que ao longo do tempo foram caldeando uma cultura e identidade própria, que as

distinguiam das demais.

Para o autor uma sociedade só tem a ganhar se as empresas passarem a ser vistas não apenas como meras entidades económicas, mas também como gestoras de comunidades de seres humanos que interagem com a realidade exterior à empresa.

A uma empresa moderna é-lhe exigida uma atenção permanente ao meio envolvente, uma leitura atenta às mudanças que se vão operando, para além das que respeitam ao seu negócio e uma disponibilidade para cooperar com outras organizações, nomeadamente na procura de soluções para a resolução de problemas de carácter social. Um conceito moderno de empresa não pode assim deixar de mostrar tolerância quanto à participação de novas entidades e ideias.

Nesse encontro em Braga ouvimos o pensamento do Padre Lino Maia, Presidente da CNIS, de Manuel de Lemos, da União das Misericórdias, e de Alexandre Fonseca, Presidente do Conselho de Administração da Altice, sobre a responsabilidade social das empresas, e também de cidadãos que têm beneficiado diretamente da atitude do grupo de empresas que fazem parte do universo da Altice e que atua sobretudo em áreas de inovação tecnológica.

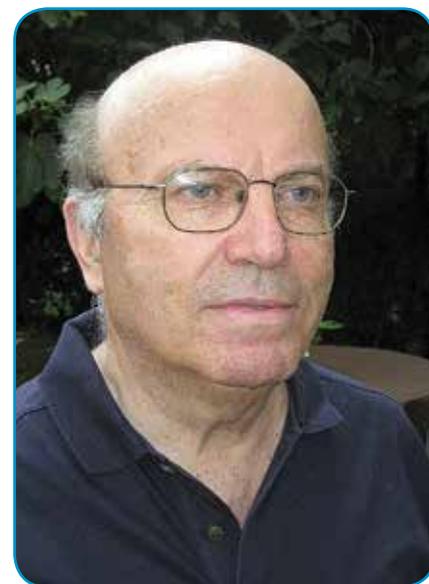
Desse encontro concluí que existe um enorme espaço para explorar na base de uma cooperação entre empresas e instituições particulares de solidariedade social. Trata-se de uma postura inovadora que exige abertura de espírito de ambos os lados. Se

for bem gerida ambos beneficiarão e a sociedade no seu todo sai mais robusta e equilibrada.

Nesta postura, para as empresas o mais importante não é a atribuição de donativos ou de equipamento. Isso seria o caminho fácil. O mais importante é contribuir para a criação de valor para ambos os lados. Para isso é necessário perceber o papel e os interesses do outro e, quando isso acontece, o enriquecimento de ambos os lados torna-se realidade. O protocolo de cooperação rubricado pela CNIS e pela Altice nesse encontro aponta esse caminho.

O gestor moderno, como é o caso de Alexandre Fonseca, percebeu que o grupo a que preside só tem a ganhar se os objetivos da empresa tiverem uma dimensão que está para além dos resultados financeiros. É aqui que o conceito de responsabilidade social das empresas pode permitir o desenvolvimento de uma cultura empresarial moderna e ambiciosa que procure que os seus resultados incluam também uma componente social virada para o exterior. A Altice percebeu isso.

ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA
ajsilva@sapo.pt



O Muro de Berlim e os outros muros

A queda do Muro de Berlim foi, certamente, um dos acontecimentos mais importantes da segunda metade do século vinte. Basta lembrar que abriu o caminho para o desmantelamento da “Cortina de Ferro”, para o fim da União Soviética, para uma nova Europa e para mudanças significativas no mapa político do mundo. Não admira pois que a passagem dos trinta anos da revolução pacífica que aconteceu na noite de 9 de Novembro de 1989 tenha merecido grande relevo na Comunicação Social.

A abordagem mediática ao que aconteceu na Alemanha há trinta anos, não fugiu de todo ao entusiasmo com que a notícia dos acontecimentos desse dia foi dada e recebida em quase todo o mundo, particularmente na Europa Ocidental. Mesmo assim, os trinta anos que nos separam da queda do Muro chegam para nos darmos conta de que nem todas as expectativas criadas por esse acontecimento tiveram concretização, o que serviu de pretexto para comentários menos triunfalistas, para não dizer mesmo negativos. Na verdade, o peso da ideologia continua a

ser suficiente para impedir que alguns se regozijem pelos acontecimentos que tiveram lugar na Alemanha, em Novembro de 1989.

Mesmo sem condicionamentos ideológicos, não faltaram comentários que, a propósito desta efeméride, insistem em lembrar a existência de outros muros em muitos lugares do mundo. São comentários justificados e oportunos, já que a tentação de construir muros é cada vez maior nos tempos que correm. Na própria Alemanha, os muros não desapareceram de todo, uma vez tem ainda as marcas de uma divisão social e económica que resistiu à queda do Muro. Hoje, não se pode falar em rigor da existência de dois países, mas apesar de todos os esforços e do dinheiro aplicado nas políticas de aproximação, o ocidente e o leste da Alemanha não estão ainda verdadeiramente unificados. Muitos dos habitantes da antiga Alemanha oriental acham que são mesmo cidadãos de segunda.

A queda do Muro de Berlim foi um marco importantíssimo na história da Europa e da Humanidade, mas estamos a assistir hoje à

construção de novos muros e, sobretudo à tentação de os erguer, sendo que a mais emblemática dessas construções está a ser levada a cabo na longa fronteira entre os Estados Unidos e o México. Ao contrário do que aconteceu com o Muro de Berlim, este muro americano não tem como objectivo impedir um povo de sair para conquistar a liberdade, mas impedir muita gente de entrar noutra território para conquistar uma vida melhor. É um muro diferente, mas há sempre um muro de vergonha.

HENRIQUE RODRIGUES*Presidente do Centro Social de Ermesinde*

Regionalização - Ainda não é desta?

1 - Escrevo esta crónica no dia 1 de Dezembro, feriado nacional em que se comemora a Restauração da Independência de Portugal, em 1640, após sessenta anos de domínio castelhano, período em que os nossos reis eram os Reis de Espanha – Filipe II, Filipe III e Filipe IV de Espanha, respectivamente Filipe I, Filipe II e Filipe III de Portugal.

Foram-se os da Casa de Áustria, reinante no País vizinho, ficaram os Bragança.

Como aprendemos na escola, foram cerca de 40 fidalgos portugueses que organizaram a conspiração que acabou por expulsar a Regente, a Duquesa de Mântua, e por matar o seu valido português, Miguel de Vasconcelos, nos Paços da Ribeira, em Lisboa, elegendo como Rei o Duque de Bragança, D. João, que veio a ser o quarto desse nome.

“Quarenta e pouco mais/Mas todos tais e quais/ tinham sido os Albuquerque e os Castros/ Quarenta que na abóbada da História/ Nimbados de glória/ Reluzem como astros./ Eles foram em romagem/ Na madrugada fria/ Ao túmulo da Pátria/ E arrancaram a pedra que cobria/ O enorme gigante amortalhado,/ Despiram-no da insólita roupagem/ Vestiram-lhe a armadura do passado./ Deram-lhe sangue e amor/ E o velho Portugal ressuscitado/ O velho pioneiro/ Fez-se naquela manhã de nevoeiro/ Um Portugal Liberto/Um Portugal maior.”(x)

Como já aqui referi, numa outra crónica, valeu-nos então a Revolta da Catalunha, que já então, como agora, lutava pela sua independência em relação a Espanha, tendo os exércitos espanhóis optado por combater a Revolta da Catalunha, em detrimento do esmagamento da nossa Restauração.

Já então a Catalunha era *mas preciosa para nuestros hermanos* do que este canto ocidental chamado Portugal – quer pela riqueza propriamente dita, quer por a Catalunha fazer fronteira com a França, inimigo histórico de Espanha e apoiante, nessa época, da causa da independência catalã.

Mas o certo é que ficámos a dever à Catalunha o sucesso da nossa Restauração da Independência – o que recomendaria menos seguidismo em relação às posições castelhanistas, que são dominantes nas nossas elites políticas e de governo.

2 – O discurso centralista sobre a Regionalização

no nosso País costuma referir, como objecção a essa reforma da nossa organização político-administrativa, que Portugal é o País da Europa com as fronteiras estáveis mais antigas, o que provavelmente é verdade – e que qualquer tentativa, ou tentação, de criar um nível intermédio entre a escala local e a escala nacional comporta riscos de secessão.

Com efeito, data do reinado de D. Dinis o desenho das nossas fronteiras, terminada a expulsão dos mouros, com D. Afonso III, e definida a fronteira terrestre com Castela, pelo tratado de Alcanices, que permitiu a incorporação das terras de Riba-Côa no território nacional.

Mas, apenas com uma variação de grau, a vontade autonomista da Catalunha radica fundamentalmente nas mesmas causas e motivações que transportam os defensores da regionalização, em qualquer parte do mundo.

Trata-se da rejeição do centralismo, que absorve recursos e energias que pulsam no País e são por ele confiscados e afectados a mordomias e prebendas à Côrte e aos seus áulicos.

É essa pecha antiga em Portugal, atravessando regimes e sistemas políticos, unindo governos e governantes.

Já Almeida Garrett escrevia, no início do século XIX, que “Portugal é Lisboa, o resto é paisagem”.

Foi assim na monarquia absoluta, foi-o no tempo de Garrett, a Monarquia Constitucional, foi-o na 1ª República, foi-o no Estado Novo – como é próprio das ditaduras, em que a concentração do poder tem a natureza de um mandamento.

Foi assim até à Constituição que felizmente nos rege, a de 1976, em que os deputados constituintes determinaram que Portugal deveria passar a ser um país com um modelo de organização político-administrativa contemplando um estádio de representação política democrático – isto é, baseado no sufrágio, no voto -, situado entre o poder local e o poder executivo do Governo.

Não foi, de resto, nenhuma inspiração bizarra dos Constituintes: eles limitaram-se a transpor para Portugal, recém-chegado à democracia, o modelo em vigor em praticamente toda a Europa, mesmo nos países com dimensão e população idênticas às do nosso País.

Praticamente toda a Europa ... em 1976; hoje, em todos os países que integram a União Europeia.

3 – Parecia que desta vez é que seria: António Costa defendia a regionalização, enquanto presidente da Câmara de Lisboa; e Rui Rio, o líder da Oposição, convertera-se a essa causa – ambos a partir da respectiva experiência como Presidentes das duas principais câmaras municipais do País, e da constatação comum de que o sistema centralizado, como está, não funciona e é causa do atraso de Portugal no contexto europeu.

Seria possível, pois, com esse acerto do Bloco Central, desta vez por uma boa causa, dar esse passo que falta para cumprir a Constituição.

Mas António Costa, após ser ungido Primeiro-Ministro, não tardou, no primeiro mandato, a enfileirar na inconstitucionalidade por omissão que caracterizou todos os seus antecessores nesse cargo – salvo António Guterres, que, honra lhe seja, não hesitou em proclamar a sua vontade de perder efetivamente poder, em homenagem à verdadeira devolução de poderes que a regionalização configura.

António Costa veio agora com uma aproximação: numa primeira fase, eleição directa dos dirigentes das Áreas Metropolitanas do Porto e de Lisboa; e eleição dos dirigentes das Comissões de Coordenação Regional, pelos autarcas da respectiva Região-Plano, em 2021, na sequência das recomendações da Comissão Independente presidida por João Cravinho.

Sempre seria um começo, um cheirinho ... e o cumprimento de uma promessa eleitoral: “Palavra dada é palavra honrada”.

Mas, pelo que refere o “Expresso” de ontem, 30 de Novembro, parece que o Presidente da República nem essa versão mitigada admite.

Com efeito, Marcelo Rebelo de Sousa, como é sabido, é contra a Regionalização.

Foi com ele como líder do PSD que a Regionalização não passou no referendo realizado em 1998 – com ajuda de Mário Soares, como se lembrarão os meus leitores ...

E como se prefigura mais um mandato presidencial de Marcelo, o risco é de o recuo quanto à regionalização se prolongar por mais seis anos.

Diz o “Expresso” que António Costa hesita em afrontar Marcelo Rebelo de Sousa, mesmo na modalidade *soft* que agora se apresenta.

Avance!

Ficar tudo na mesma é que não ...

Como escreveu Artur Portela Filho, em “A Funda”, nos anos 70, sobre a imobilidade: “uma coisa é certa: ninguém a vê mover-se” ...

A ANTA – ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESENVOLVIMENTO BEIRÃ, MARVÃO

Há 25 anos a ser o pilar de um território muito envelhecido e esquecido

Criada em dezembro de 1994, A Anta – Associação Cultural e de Desenvolvimento da Beirã, no concelho de Marvão, tem sido o pilar social de uma freguesia que sobrevive encostada a Espanha e longe dos grandes centros urbanos nacionais. Nasceu de um projeto de luta contra a pobreza, criou a primeira Unidade de Cuidados Continuados Integrados do distrito de Portalegre, mas tem vivido grandes dificuldades. São 25 anos de perseverança e resiliência com o propósito único de apoiar uma população cada vez mais envelhecida e... esquecida.

“Têm sido 25 anos de aventuras, de ultrapassar dificuldades, porque temos tido muitas, principalmente quando temos projetos grandes. Não tem sido fácil, mas também foram 25 anos de crescimento, de apoiar, ajudar e fixar a população e de diversificação de respostas sociais, para além do que contribuimos para a economia local”, assegura Sónia Mimoso, diretora-técnica da instituição do distrito de Portalegre.

“A instituição começou por funcionar numa instalação cedida pela Câmara, onde foi desenvolvido um projeto de luta contra a pobreza, génese da instituição”, conta Sónia Mimoso, contextualizando: “Nessa altura, a freguesia da Beirã sofreu um grande choque com a abertura das fronteiras. Quando cá cheguei, há 22 anos, o que a população dizia era que ‘abriram-se as fronteiras e fecharam-se as portas da freguesia da Beirã’, porque a maioria das pessoas que aqui trabalhavam era na área dos serviços ligados à fronteira, como alfandegários, guardas-fiscais, etc., e com o fim das fronteiras houve muita gente que ficou desempregada. Famílias que viviam bem, com uma estrutura familiar, económica e social boa, de um momento para o outro, viram as suas vidas viradas do avesso. E, com o intuito de ajudar a renascer um pouco a freguesia, foi feito o primeiro projeto de luta contra a pobreza”.

E foi a partir deste projeto que se desenvolveram outros para apoiar a comunidade.

“Fez-se a candidatura para a criação do Centro Comunitário, que abriu portas em dezembro de 1999, com as valências de Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e tínhamos ainda a resposta de Apoio Domiciliário Integrado (ADI), que hoje já não existe. Realizámos os primeiros projetos de formação profissional voltados para as novas necessidades do concelho, nomeadamente a hotelaria, e reabilitámos habitações de idosos que estavam degradadas, entre outras ações”, recorda a técnica.

Posteriormente, A Anta adquiriu o edifício onde hoje funciona a Unidade de Cuidados Continuados Integrados (UCCI) e foi, então, que a instituição deu o salto e se desenvolveu para o que é hoje.

E atualmente a A Anta apoia 41 utentes em



SAD e sete idosos em Centro de Dia, enquanto na UCCI trata de 20 doentes na Unidade de Média Duração e mais 10 na de Longa Duração.

Ao Centro Comunitário (Centro de Dia e SAD) estão adstritos 19 funcionários, enquanto a UCCI conta com 39 trabalhadores.

E se a UCCI é, atualmente, a âncora da instituição, a sua criação foi um processo complicado.

“O edifício da Unidade é a readaptação de um edifício classificado como Património do Estado e, segundo a qual, durante cinco anos, tinha que ter uma finalidade social. Após algumas negociações, a Direção conseguiu que fosse para instalar uma Unidade de Apoio Integrado (UAI), mas quando a obra foi finalizada esta tipologia deixou de existir. Ficámos com um equipamento pronto, mas sem resposta social, porque a UAI desapareceu e não havia acordo de cooperação. No entanto, o financiamento que obtivemos era para essa finalidade”, começa por contar, acrescentando: “Teve, então, a instituição que pedir autorização ao gestor do projeto para

nos deixar alterar a tipologia do projeto. Após negociações com os ministérios da Saúde e da Segurança Social adaptou-se o edifício para a primeira UCCI do distrito de Portalegre, que abriu portas em julho de 2007, com a de Média Duração. E foi já em 2011 que inaugurámos a de Longa Duração”.

Para esta última já houve uma construção de raiz com o alargamento do edifício inicial e já respeitando tudo o que está previsto para as Unidades de Cuidados Continuados, “ao contrário da parte mais antiga, porque na altura a instituição seguiu o que estava previsto para as UAI”.

“A parte da Longa Duração foi financiada pelo Programa Modelar e já cumpriu todos os requisitos que eram exigidos na altura. Está preparada para no futuro poder receber mais utentes, porque a estrutura, a nível de construção de base, está preparada para receber um outro piso em cima. E isso é o que gostaríamos de concretizar futuramente”, sustenta Sónia Mimoso, apontando a sustentabilidade da

instituição como objetivo: “Nós sentimos muito a questão da escala, por causa dos rácios de pessoal. A sustentabilidade da instituição só é conseguida porque temos as duas vertentes e vamos conseguindo porque os recursos humanos atuam nas duas tipologias”.

E se as dificuldades no arranque da resposta foram muitas, as coisas com o tempo não melhoraram, mas por outras razões.

“Quando abrimos portas em 2007 a realidade era completamente diferente. Ou seja, quando digo a realidade refiro-me às exigências e todos sabemos que o que custa mais às instituições são os recursos humanos. O quadro de pessoal que era exigido em 2007 não é o mesmo exigido agora e os acordos de cooperação não acompanharam estas exigências”, lamenta a diretora-técnica, especificando: “Por exemplo, em 2007 não tínhamos a exigência de uma nutricionista, de um farmacêutico, de um enfermeiro no período noturno, nem de uma animadora a tempo inteiro. E tudo isto a que a instituição teve de se adaptar e a que foi obrigada a contratar os acordos de cooperação não acompanharam. O que sentimos é que o bolo dantes era partido em fatias largas e agora já tem que ser partido em fatias muito finas. E sentimos muito isso, porque estas casas têm necessidade de manutenção, é necessário manter a qualidade do serviço e, muitas vezes, não conseguimos fazê-lo como queríamos e como o conseguíamos numa fase inicial”.

É uma questão de valores da comparticipação, porque os prazos até são cumpridos: “A nível de pagamento por parte dos doentes e dos ministérios não sentimos dificuldades, porque pagam-nos atempadamente. Ao contrário das valências sociais tradicionais do SAD ou Centro de Dia, e independentemente do que o doente pagar, a Unidade recebe sempre o mesmo, porque ou é pago pelo doente ou pelos dois ministérios”.

Apesar das dificuldades e vicissitudes, “a instituição encontra-se de boa saúde financeira, não tem dívidas e os pagamentos estão todos dentro dos prazos previstos”, no entanto, “os investimentos é que são afetados, porque não há folga”.

Para rentabilizar a instituição, os responsáveis optaram por centralizar alguns serviços numa das estruturas e outros noutra.

“por exemplo, os serviços administrativos e a cozinha estão no Centro Comunitário, mas a lavandaria já está aqui na UCCI, e isto fez-se não só para rentabilizar equipamentos, mas também os recursos humanos”.

Na realidade d’A Anta, a única solução é candidatar projetos, mas... “têm que ser muito bem calculados, porque há sempre uma componente que fica na responsabilidade da instituição e é preciso fazer muito bem as contas a fim de saber se há capacidade para cumprir”, assevera a diretora-técnica, que sublinha os apoios da Junta de Freguesia, “que tem sido um parceiro”, e da Câmara Municipal, “que também nos apoia quando temos alguma necessidade”.

Aliás, é com a Autarquia que a instituição tem tentado conseguir um apoio que lhe permita fazer o arranjo do espaço exterior da UCCI, a fim de ali criar um jardim terapêutico e um apoio à reabilitação.

“Estamos a tentar negociar e sensibilizar a



Autarquia para as necessidades que sentimos, desde o dia de abertura, e que são os arranjos exteriores, porque a candidatura foi apenas para o edifício. A instituição tem um projeto de candidatura para fazer os arranjos exteriores, mas não tem recursos financeiros para o executar. E quando há auditorias, a instituição fica um pouco prejudicada no sentido de quantificar os valores a atribuir segundo os itens que elas seguem, porque tem um exterior que não é bonito e as famílias queixam-se que não têm um espaço exterior para levar os familiares. E o nosso projeto não é apenas de fazer o arranjo exterior, ele abrange também uma intervenção no sentido da reabilitação, com um jardim terapêutico e a instalação de alguns equipamentos de reabilitação”, revela Sónia Mimoso.

Enquanto este projeto aguarda melhores tempos, a instituição prepara-se para, já em janeiro próximo e durante três anos, implementar o CLDS 4G, direcionado para o eixo do envelhecimento ativo e em que A Anta foi a instituição do concelho de Marvão escolhida para fazer a coordenação: “Vai criar mais empregos e vai dinamizar o concelho de Marvão”.

É que socioeconomicamente, a população

que a instituição apoia, “para além de envelhecida, tem pensões baixas, relações familiares com distanciamento geográfico e social, pelo que costumam dizer que no futuro, para estas instituições conseguirem sobreviver, o modelo de financiamento não pode ser o atual”, sustenta Sónia Mimoso, exemplificando: “A nossa valência de Centro de Dia é deficitária e só a conseguimos manter porque o SAD e a UCCI equilibram as contas. De outra forma já tínhamos fechado portas. O Centro de Dia, atualmente, funciona como um lar de dia, com muitas exigências e responsabilidades, mas com baixos pagamentos, não dos utentes, porque não podem, mas das entidades competentes”.

E como seria a Beirã sem A Anta? “Não sei se daqui a uma década a freguesia existiria se não fosse instituição aqui estar, porque os jovens que aqui temos a trabalhar são daqui e de freguesias vizinhas e, se não houvesse a instituição, provavelmente, já teriam ido para outros locais. A escolas se não tivessem estes alunos já teriam fechado e iriam com as famílias para outros locais”, responde, de pronto, a diretora-técnica.

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL



SINAL MAIS



GERTAL ITAU



SOGENAVE



STRONG CHARON



UPK



B2B



CERGER



FEB CAFÉS



IBERLIM



PAPIRO



VIVAMAIS



SERDIAL



BIOSOG



TICKET SERVIÇOS FLEXBEN



A TEMPORÁRIA A TEMPORÁRIA OUTSOURCING

A Trivalor, composta por mais de 15 empresas, está vocacionada para fazer o melhor pela sua Instituição.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência em *Business & Facility Services*.



Diferentes empresas da Trivalor SGPS, S.A. detêm os seus sistemas de gestão certificados (consultar certificados)

STRONG CHARON
Alvarás: 41 A | 41 B | 41 C

www.trivalor.pt

RUA DA GARAGEM, Nº 10 - 2790-078 CARNAXIDE
TELEF: 210 420 005 / 210 420 808
FAX: 210 420 098 / 214 249 488
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT



TRIVALOR

SEGURANÇA SOCIAL

Número de pensões de velhice a subir

O número de pensões de velhice atribuídas pela Segurança Social subiu 7.315 em outubro em termos homólogos, para 2.046.255, atingindo o valor mais alto desde 2008, o início da série estatística, revelam dados mensais divulgados.

Segundo a síntese mensal elaborada pelo gabinete de estratégia e planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, o número de pensões de velhice subiu 0,4% em termos homólogos e 0,2% face ao mês anterior, com as mulheres a representarem 52,9% do total de novas pensões de velhice e os homens 47,1%.

Em 01 de outubro entrou em vigor uma nova regra que veio permitir a reforma aos 60 anos de idade sem o corte de 14,7% pelo fator de sustentabilidade a quem, nessa idade, conte pelo menos 40 anos de contribuições. Contudo, manteve-se em vigor a penalização de 0,5% por cada mês de antecipação face à idade legal de reforma, que este ano é de 66 anos e cinco meses, ou face à idade pessoal da reforma.

De acordo com as estatísticas da Segurança Social, em outubro foram ainda contabilizadas 712.150 pensões de sobrevivência, mais 1.681 face a setembro (0,2%) e mais 4.246 pensões comparando com outubro de 2018, traduzindo um aumento de 0,6%.

As mulheres detiveram a maioria das pensões de sobrevivência (580.565 pensões), correspondendo a 81,5% do total de processamentos.

Já o número de pensões de invalidez subiu 0,3% em relação ao mês anterior (mais 581 pensões) e 6,2% em termos homólogos (mais 10.885 pensões), tendo sido contabilizadas 185.163 pensões desta natureza.

Do total de pensões de invalidez, 47,7% foram atribuídas a mulheres e 52,3% a homens.

As estatísticas da Segurança Social revelam ainda que em outubro foram pagos 156.644 subsídios por doença, mais 6,8% do que em setembro (um aumento de 10 mil baixas), com 93.865 beneficiários do sexo feminino (59,9% do total) e 62.779 beneficiários do masculino (40,1% do total).



Nas mulheres, o aumento face a setembro foi de 8,2% (mais 7.126 beneficiárias) e, nos homens, de 4,8% (mais 2.874 beneficiários).

Comparando com outubro de 2018, houve um acréscimo de 4,5% no total de subsídios de doença (mais 6.753 indivíduos), com subida de 4,9% no sexo feminino (mais 4.385 subsídios) e de 3,9% no sexo masculino (mais 2.368 prestações).

SOLIDÁRIOS CONSIGO DESDE DE 1995

DEIXE A INFORMÁTICA CONNOSCO. AS PESSOAS PRECISAM DE SI.

TSR
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

SOFTWARE IPSS

SECTOR ECONOMIA SOCIAL

- CONTABILIDADE ESNL
- IMOBILIZADO ESNL
- MÓDULO ORÇAMENTOS
- LANÇAMENTOS AUTOMÁTICOS NA CONTABILIDADE
- UNIDADES DE SAÚDE
- GESTÃO DE IMÓVEIS
- ORDENADOS

- UTENTES IPSS
- UTENTES CT (CERTIFICADOS AT)
- PROCESSOS CLÍNICOS UCC
- PROCESSOS CLÍNICOS MÓVEL
- CONTROLO DE PRESENÇAS
- ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS
- ACC - ATESTADO CARTA DE CONDUÇÃO

- SISTEMA INTEGRADO DE TESOUREARIA
- TSR - Utentes
- TSR - Bancos
- TSR - Associados
- TSR - Rendas
- TSR - Caixas e Pagamentos a Fornecedores
- PRESCRIÇÃO ELECTRÓNICA E MEIOS COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO (CERTIFICADO SPMS)
- RECEITAS SEM PAPEL

entre outras

ASSISTÊNCIA REMOTA
Via internet

ASSISTÊNCIA TELEFÓNICA
Gratuita

INSTALAÇÃO E FORMAÇÃO
Nas vossas instalações

+ DE 40
APLICAÇÕES

+ DE 900
CLIENTES

100%
CLIENTES SATISFEITOS

GRÁTIS
DEMONSTRAÇÕES SEM COMPROMISSO

MORADA
Rua dos Cutileiros, 2556
4835-044 Guimarães

TELEFONE |+351| 253 408 326
TELEMÓVEL |+351| 939 729 729

ENCONTRE-NOS EM
www.tsr.pt **tsr@tsr.pt**

ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A INTEGRAÇÃO DE PESSOAS SEM-ABRIGO

Ninguém deve ficar na rua por mais do que 24 horas

A Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo (ENIPSSA) tem em curso o seu segundo plano de ação, para o biénio 2019-2020, estando previsto que o ponto de situação, nomeadamente ao nível de verbas e medidas executadas, aconteça no início de 2020.

“Tal como estava previsto, o plano de ação vai ser monitorizado e esses números vão ser divulgados no início do segundo ano, no início de 2020”, disse a Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

A atual Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo está assente num modelo de intervenção em que ninguém fique na rua por mais de 24 horas e um conhecimento permanente do fenómeno.

A Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo define que a intervenção é centrada no indivíduo, na família e na comunidade, bem como na necessidade de evitar duplicação de respostas, de forma a rentabilizar recursos humanos e financeiros.

O documento, que foi publicado em Diário da República a 25 de julho e veio substituir a anterior Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo 2009-2015, traz um modelo de intervenção que se aplica a todos os casos que sejam encontrados em situação de sem-abrigo que requeiram intervenção especializada e durante todo o tempo necessário até que seja encontrada e estabilizada uma solução.

O modelo de intervenção assenta na premissa “Ninguém deve ficar na rua por mais do que 24 horas”, cruza prevenção, intervenção e integração comunitária, sendo que no primeiro domínio está instituído que haja uma monitorização contínua do fenómeno, que inclua indicadores de risco das situações de sem-abrigo e de precariedade habitacional.

A ENIPSSA 2017-2023 tem três eixos de intervenção, que se dividem entre conhecimento do fenómeno, reforço da intervenção e coordenação, num total de 15 objetivos estratégicos que se desdobram em 76 ações e em atividades inseridas em planos de ação bienais.

São estes planos de ação que incluem os valores financeiros globais previstos, sendo que o que está atualmente em vigor, o Plano de Ação 2019-2020, tem um orçamento previsto de cerca de 131 milhões de euros, não havendo, por isso, um valor final para toda a estratégia.

É dentro do eixo “Reforço da Intervenção” que estão previstas as medidas e apoios para garantir um lugar para viver a quem é desinstitucionalizado, bem como as medidas que garantam a promoção de autonomia, desde soluções de alojamento, a soluções de capacitação, educação, formação profissional e inserção profissional.

A ENIPSSA uniformizou a definição de



sem-abrigo, que passou a ser qualquer pessoa que se encontre “sem teto, vivendo no espaço público, alojada em abrigo de emergência ou com paradeiro em local precário” ou “sem casa, encontrando-se em alojamento temporário destinado para o efeito”.

Aquando da aprovação na nova estratégia em Conselho de Ministros, o então ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Vieira da Silva afirmou que a ENIPSSA resultou de um “trabalho muito intenso com as associações da sociedade civil que têm uma intervenção muito forte na área das pessoas sem-abrigo”.

No território de Portugal continental havia em 2018 cerca de 3.400 pessoas sem teto ou sem casa, segundo um inquérito realizado entre fevereiro e maio daquele ano no quadro da ENIPSSA.

Segundo um resumo dos resultados deste inquérito, divulgado, “no período de referência, existiam 3396 pessoas sem teto ou sem casa”, das quais “1443 pessoas sem teto, isto é, a viver na rua, em espaços públicos, abrigos de emergência ou locais precários”, e “1953 pessoas sem casa”, isto é, “a viver em equipamento onde a pernoita é limitada”.

De acordo com o mesmo documento “cerca de 45% do total das pessoas sem teto foram identificadas na Área Metropolitana de Lisboa (AML), com 644 pessoas”.

No documento é referido que participaram neste inquérito, previsto no Plano de Ação 2017-2018 da Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2017-2023, “todos os 278 concelhos do continente” e que “não foi obtida resposta de três municípios”.

Várias associações reclamam da morosidade e

de como uma planificação bem feita nem sempre bate certo com a realidade. Demora é palavra de ordem ao falar da Estratégia Nacional de Integração das Pessoas em Situação de Sem-abrigo.

O presidente da Assistência Médica Internacional (AMI) apontou que “há um desajustamento entre o que é planeado e o que é obtido”, explicando que, se há um plano de ação nacional que “está extremamente bem elaborado”, depois falta a dotação orçamental e os meios necessários para executar.

Perceção diferente tem o diretor de serviços do Centro de Apoio ao Sem-Abrigo (CASA), já que o número de pessoas apoiadas por esta associação está estável desde 2015, tendo em conta o número de refeições distribuídas entre as pessoas sem-abrigo.

De acordo com Nuno Jardim, o CASA apoiou no ano passado 7.735 pessoas, 1.227 das quais em situação de sem-abrigo, sendo as restantes famílias carenciadas.

O responsável referiu que, no que diz respeito ao trabalho desenvolvido por esta associação, “as coisas têm estado a funcionar”.

Também o presidente da Comunidade Vida e Paz reclama por processos mais céleres, dando como exemplo a necessidade de haver um sistema de informação que permitisse, de forma mais partilhada, ter dados concretos sobre quem está na rua, o seu perfil e as suas necessidades.

Ainda assim, o presidente da Comunidade Vida e Paz acredita que, apesar da demora e da difícil implementação, em breve poderá haver mais resultados, sobretudo graças ao impulso dado pelo Presidente da República e pelos “sinais de compromisso efetivo do Governo”.

JOSÉ FIGUEIREDO
ECONOMISTA



Em defesa da tributação das fortunas (2)

Um dos argumentos mais usados para combater a tributação da fortuna, para além da injustiça por dupla tributação (a riqueza foi gerada com rendimento que já foi tributado) e da ineficácia (há muita possibilidade de evasão), é a ideia de que tributar a fortuna pode ser um desincentivo ao investimento e à acumulação de riqueza.

O argumento, em abstrato, não é estúpido, contudo, como creio já ter referido algures nestas crónicas, há uma evidência empírica que, de alguma forma, o contradiz. Até os anos 80 do século passado, quando as tributações eram fortemente progressivas, a produtividade crescia bem mais do que tem crescido desde a chamada revolução neoliberal.

Naturalmente que a evidência empírica acima referida não prova rigorosamente nada (o facto de duas coisas ocorrerem ao mesmo tempo não significa que uma seja causa da outra). No entanto, a mim, aquele simples e bruto facto, sempre me pôs de sobreaviso quanto aos cantos de sereia dos neoliberais.

Curiosamente, saiu recentemente um estudo do oficialíssimo NBER, um departamento de pesquisa económica do estado norte americano, que sugere que existe uma forte correlação positiva entre a tributação da fortuna e o crescimento da produtividade, ou seja, a tributação da fortuna não só não “desanima” os que têm iniciativa como, pelo contrário, pode discriminar a favor dos empreendedores que realmente interessam.

Em termos discursivos o argumento corre como segue.

Imaginem duas pessoas com a mesma fortuna acumulada. A primeira é muito ativa e tira 20% de rendimento por ano, a segunda é pouco eficiente e não consegue qualquer rendimento, o melhor que consegue é manter a sua riqueza intacta.

Numa geografia em que só o rendimento é tributado, como hoje genericamente acontece, o capitalista pouco eficiente não paga qualquer IRS (não gerou rendimento), o empreendedor com iniciativa paga IRS sobre o rendimento gerado.

Imaginem agora um modelo inverso em que só a fortuna fosse tributada e não o rendimento. Teríamos que ambos os cidadãos seriam tributados pelo mesmo montante.

A diferença está em que, num mundo em que só a fortuna fosse tributada, o capitalista que não consegue qualquer rendimento vê a sua fortuna a diminuir, o empreendedor com iniciativa, provavelmente vê a sua fortuna a crescer, admitindo que o imposto sobre a fortuna é inferior aos 20% que conseguiu de rendimento.

Esta discriminação positiva a favor dos empreendedores e penalizadora dos meros gastadores das fortunas deve aumentar os ratios de investimento, a acumulação de capital e, conseqüentemente, a eficiência das economias.

O argumento em si parece sólido. O que surpreende no estudo da NBER não é tanto a conclusão genérica que é mais ou menos óbvia, o que mais surpreende é a dimensão dos efeitos positivos que poderia ter uma reforma fiscal que tendesse a cair mais em cima da fortuna e menos em cima do rendimento.

Numa primeira abordagem o estudo considera a possibilidade de substituir a atual tributação sobre os rendimentos do capital (excluindo os rendimentos do trabalho) por uma tributação da fortuna. No fundo tratar-se-ia de tributar os ricos exatamente pelo mesmo montante global, apenas substituindo os impostos que hoje são cobrados sobre os rendimentos do capital (lucros, rendas, juros, mais-valias, etc.) por um imposto cobrado sobre os patrimónios.

Esta substituição implicaria um acréscimo de 7 ou mesmo 8% no consumo per capita da sociedade. É um impacto positivo enorme que resultaria de uma maior acumulação de capital e em mãos mais produtivas.

Mas podemos imaginar uma solução ainda mais radical. O estudo da NBER simulou o que poderia ser a aplicação de taxas “flat”, isto é não progressivas, sobre a riqueza, sobre os rendimentos de capital e sobre os rendimentos do trabalho. Depois foi à procura das taxas “ótimas” que deviam garantir duas coisas: o mesmo montante de impostos para o governo e o máximo de eficiência económica.

O NBER chegou a uma taxa “flat” sobre a riqueza de 3% e a uma taxa “flat” sobre o trabalho de 14,5%.

O que o estudo do NBER pretende provar

é que a tributação da riqueza é justa e que, contrariamente ao velho argumento da inibição do investimento, pelo contrário, favorece uma maior acumulação de capital e em mãos mais produtivas aumentando, conseqüentemente, a eficiência geral da economia.

Mas há ainda um aspeto positivo na tributação da fortuna que tem que ver com justiça intergeracional e, ao mesmo tempo, com eficiência económica.

A fortuna tende a estar concentrada nos mais idosos uma vez que, não sendo herdada, implica um processo de acumulação mais ou menos longo.

Tributar a riqueza e aliviar, por exemplo, a carga sobre os rendimentos do trabalho, favorece os mais jovens justamente na altura em que mais precisam de rendimento disponível – comprar casa, criar filhos, etc.

Este estudo da NBER é importante na medida em que pode mudar o foco dos argumentos a favor da tributação da fortuna.

Está nas bancas o novo livro de Thomas Piketty (versão em francês) onde se defende uma tributação agressiva das fortunas como forma de reduzir a desigualdade. O problema com este tipo de teses é que, porventura, se encostam demasiado à política. Em termos políticos estas perspetivas justicialistas são conotadas com as esquerdas e a esquerda, diz-se, promove a justiça à custa da eficiência económica. A esquerda é uma espécie de cigarra lá do sítio – boa a distribuir, má a produzir.

A verdade é que está longe de ser óbvio que a tributação das fortunas prejudique a eficiência económica, bem pelo contrário a acreditar nos argumentos do NBER.

O debate ainda está no início – está longe de ser claro quanto da tributação do rendimento pode, de facto, ser substituída por tributação da riqueza. As estimativas atuais variam muito e falta ainda muito trabalho quantitativo neste campo para que saibamos o que, realisticamente, pode ser feito.

Em todo o caso, o que não é aceitável é que, em nome das dificuldades de aplicação, em nome das muitas possibilidades de evasão ou em nome das dificuldades políticas, se meta o assunto na gaveta dos esquecidos e não haja coragem para um amplo debate público.

40 anos a servir as instituições de solidariedade social.

Somos especialistas na compra, venda e distribuição de uma gama completa de soluções para a área Alimentar das Instituições de cariz Social.

Além da mais completa seleção de produtos alimentares (mercearia, bebidas, lacticínios, frutas e legumes, carne e peixe), também fornecemos produtos não alimentares (descartáveis, papéis, soluções de higienização e de lavagem de têxteis). Adicionalmente realizamos projectos e montagens de cozinhas, bem como fornecimento dos respectivos equipamentos.

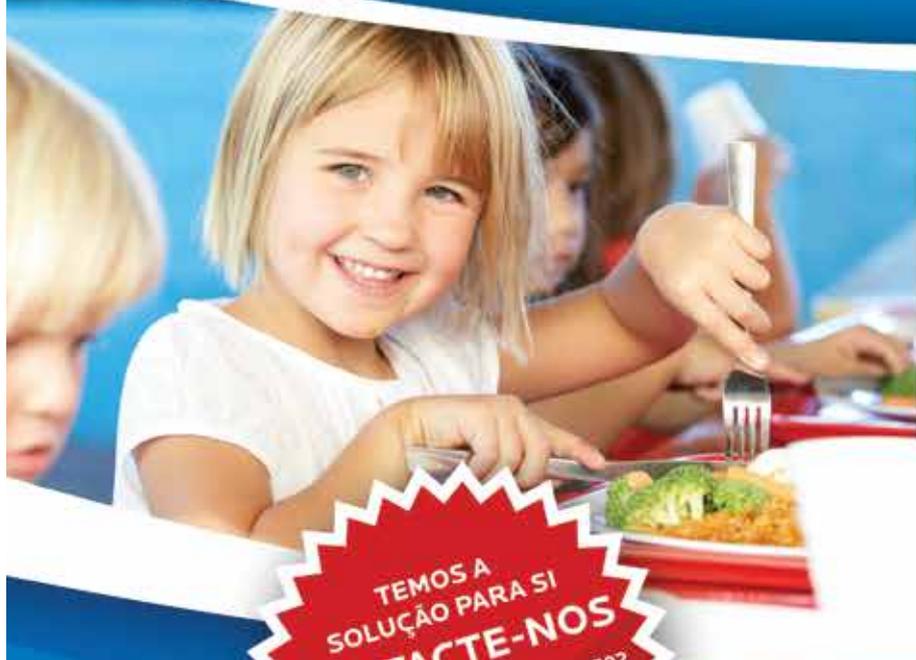
Caso necessite, ajudamo-lo a gerir as suas ementas:

- Ementas validadas por nutricionistas
- Captações adequadas
- Soluções económicas
- Sugestão de encomenda com base na ementa
- Estime e controle os seus custos

Acabe com a dificuldade em criar ementas variadas e equilibradas, simplifique o processo de encomenda, de receção de mercadorias, e de gestão de facturas e pagamentos.

A nossa frota, com dezenas de viaturas, assegura a distribuição a milhares de clientes em todo o território Nacional.

A nossa missão é ajudá-lo na sua missão de chegar a quem precisa.



TEMOS A
SOLUÇÃO PARA SI
CONTACTE-NOS

NORTE: 220 406 990 / 910 286 502
SUL: 210 420 000 / 916 206 224

www.sogemave.pt





Desertificação

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redação:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Estatuto Editorial:** <http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446> | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

POBREZA EM PORTUGAL

Taxa está a baixar mas muito devagar

Cerca de 1,5 milhões de residentes em Portugal vivem em “privação material” e perto de 575 mil em “privação material severa”, números que baixaram face a 2018, revela o Instituto Nacional de Estatística (INE).

Em 2019, a taxa de privação material dos residentes em Portugal é de 15,1%, menos 1,5 pontos percentuais relativamente a 2018, e a taxa de privação material severa é de 5,6%, uma diminuição de 0,4 comparativamente ao ano anterior, revela o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, realizado em 2019 sobre rendimentos do ano anterior.

Considera-se privação material quando um agregado não tem acesso a pelo menos três itens de uma lista de nove relacionados com necessidades económicas e bens duráveis.

A taxa de privação material severa é considerada quando a família não consegue aceder a pelo menos quatro das nove dificuldades desta lista.

Na lista estão incluídos itens como os atrasos no pagamento de rendas, empréstimos ou despesas correntes da casa, o facto de conseguir ou não comer uma refeição de carne e peixe de dois em dois dias, de ter ou não carro, televisão ou máquina de lavar roupa ou de conseguir ou não fazer face ao pagamento de uma despesa inesperada, entre outros.

Segundo o INE, a intensidade da privação material (média de itens de privação material em carência na população em situação de privação material) corresponde em 2019 a 3,5, idêntica à registada em 2018.

Em 2019, para a maioria dos nove itens considerados, reduziu-se a proporção de residentes que referiram dificuldades económicas, refere o INE, destacando que 40% das pessoas vivem em agregados sem capacidade para pagar uma semana de férias por ano fora de casa (menos 1,3 que em 2018).

Um terço das pessoas vivem em agregados sem capacidade para assegurar o pagamento imediato, sem recorrer a empréstimo, de uma despesa inesperada de 470 euros que corresponde aproximadamente ao

valor mensal da linha de pobreza no ano anterior (em 2018, a proporção foi de 34,7%, para uma despesa inesperada de 450 Euros).

De acordo com os dados, 18,9% das pessoas vivem em agregados sem capacidade para manter a casa adequadamente aquecida (menos 0,5% que no ano anterior) e 5,8% das pessoas vivem em agregados sem capacidade para pagar atempadamente rendas.

Há ainda 2,3% que não têm capacidade para assegurar uma refeição de carne ou de peixe pelo menos de dois em dois dias.

A região Centro é a que regista a taxa de privação material severa mais baixa do país (4,1% dos residentes na região). Tal como para a maioria dos indicadores relativos ao risco de pobreza, é também nas regiões autónomas que se observam os níveis de privação material severa mais elevados (13,1% nos Açores e 7,3% na Madeira), às quais se segue o Algarve (8,1%).

Segundo o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, 17,2% das pessoas residentes em Portugal estavam em risco de pobreza em 2018, menos 0,1 ponto percentual face a 2017 e menos 3,2 do que em 2003.

A taxa de risco de pobreza correspondia, em 2018, à proporção de habitantes com rendimentos monetários líquidos inferiores a 6.014 euros anuais, o equivalente a 501 euros mensais, mais 34 euros relativamente a 2017.

A redução do risco de pobreza abrangeu em particular as crianças e os jovens, passando de 19% em 2017 para 18,5% em 2018, e a população idosa de 17,7% para 17,3%.



Óptima limpeza e higiene perfeita
Para lavandarias profissionais IPSS

Agente especializado:

milplus
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES
E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA
Rua Fernando Namora, 135
4425-651 Pedrouços · Maia
934 091 417 · info@milplus.pt
www.milplus.pt

Miele
PROFESSIONAL